



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "B" AO Nº 39 SÁBADO, 2 DE ABRIL DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

RESENHA MENSAL (MARÇO/2016)

BRASÍLIA - DF

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**

Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**

2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**

1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**

2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**

4ª Secretária

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**

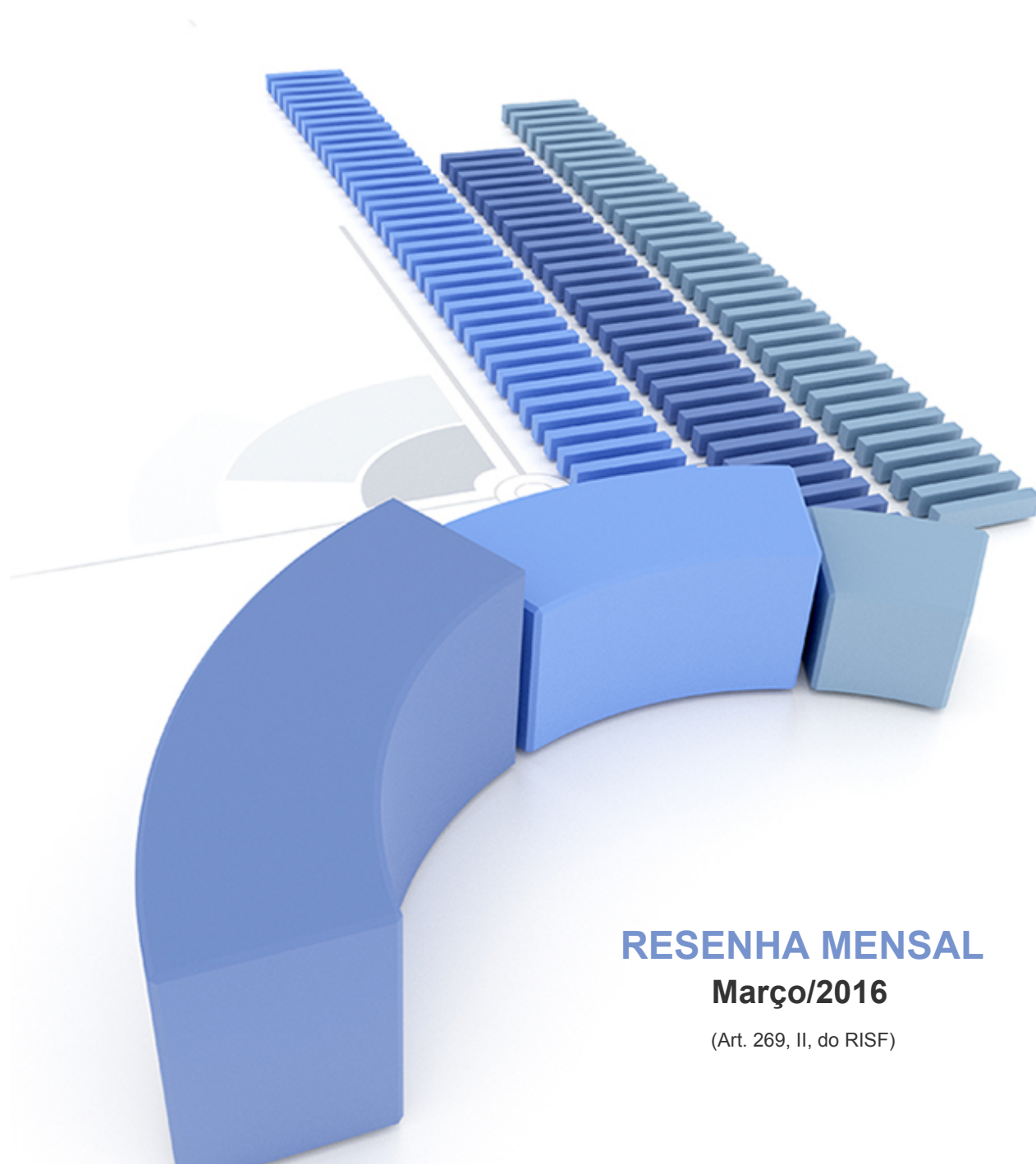
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



**SENADO FEDERAL**

## **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura - 2016



## **RESENHA MENSAL**

**Março/2016**

(Art. 269, II, do RISF)

## A - SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

### Sessões plenárias do Senado Federal 01 a 31/03/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Deliberativa Extraordinária	2
Sessão Deliberativa Ordinária	12
Sessão Especial	2
Sessão Não Deliberativa	7
<b>Total de sessões realizadas</b>	<b>23</b>



## Quadro Geral de Matérias

### 01 a 31/03/2016

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	2	0	0	0	0	0	2
PLC	5	0	0	0	0	0	5
PLS	3	19	0	4	2	3	31
ECD	1	0	0	0	0	0	1
MPV	0	0	5	0	0	0	5
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	0	0	2
PDS Rádio/TV	0	75	0	0	0	0	75
Outros PDS	5	0	0	0	0	0	5
PRS	6	1	0	0	0	0	7
MSF	13	0	0	0	0	0	13
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>95</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>146</b>

## Quadro de Requerimentos 01 a 31/03/2016

Natureza	Total
Audiência de comissão	12
Auditoria	2
Calendário especial	2
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	24
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Desapensamento de matérias	1
Destaque	15
Impugnação de dispositivo estranho à Medida Provisória	1
Informações	45
Missão (em representação do Senado Federal)	12
Preferência	2
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	6
Retirada de matéria	8
Sobrestamento	2
Tramitação conjunta	9
Urgência para matéria	7
Votação em globo	2
Votação nominal	1
Voto de aplauso ou semelhante	1
<b>Total Geral</b>	<b>155</b>

## Quadro de Matérias Aprovadas por Origem 01 a 31/03/2016

	PRES REP	SF	CD	TJDFT	Total
PEC	0	2	0	0	2
PLC	0	0	4	1	5
PLS	0	22	0	0	22
ECD	0	1	0	0	1
MPV	5	0	0	0	5
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	2
PDS Rádio/TV	75	0	0	0	75
Outros PDS	0	5	0	0	5
PRS	0	7	0	0	7
Total	82	37	4	1	124

## Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 01 a 31/03/2016

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	58
Art. 40 - sem ônus (ii)	6
Art. 43, I (iii)	10
Art. 43, II (iv)	4
Art. 43, § 7º (v)	0
<b>Soma</b>	<b>78</b>
<b>Requerimentos de retirada</b>	<b>0</b>

- (i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;  
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;  
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;  
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e  
(v) Requerimento de licença-paternidade.

## Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 01 a 31/03/2016

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	12
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
<b>Soma</b>	<b>12</b>
<b>Missões não efetivadas (vi)</b>	<b>1</b>

- (i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;  
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;  
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;  
(iv) Representação do Senado Federal;  
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e  
(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

## Resenha Consolidada

### Sessões plenárias do Senado Federal 02/02 a 31/03/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão De Debates Temáticos	1
Sessão Deliberativa Extraordinária	2
Sessão Deliberativa Ordinária	19
Sessão Especial	4
Sessão Não Deliberativa	15
<b>Total de sessões realizadas</b>	<b>41</b>
Reunião não Realizada	2

## Quadro Geral de Matérias

### 02/02 a 31/03/2016

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	3	0	0	0	0	0	0	3
PLC	7	1	0	0	2	0	0	10
PLS	4	27	0	5	0	3	4	43
ECD	1	0	0	0	0	0	0	1
MPV	0	0	6	0	0	0	0	6
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	0	0	0	2
PDS Rádio/TV	0	75	0	0	0	0	0	75
Outros PDS	5	0	0	0	0	0	3	8
PRS	10	1	0	0	0	0	0	11
MSF	16	0	0	0	0	0	0	16
OFS	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>104</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>176</b>

## Quadro de Requerimentos

### 02/02 a 31/03/2016

Natureza	Total
Audiência de comissão	21
Auditoria	2
Calendário especial	2
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	47
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Desapensamento de matérias	1
Destaque	16
Extinção de urgência	2
Impugnação de dispositivo estranho à Medida Provisória	1
Informações	45
Missão (em representação do Senado Federal)	27
Preferência	4
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	17
Retirada de matéria	13
Sessão de debates temáticos	4
Sobrestamento	2
Tramitação conjunta	11
Urgência para matéria	11
Votação em globo	2
Votação nominal	1
Voto de aplauso ou semelhante	5
Voto de censura ou semelhante	6
<b>Total Geral</b>	<b>243</b>



## Quadro de Matérias Aprovadas por Origem 02/02 a 31/03/2016

	PRES REP	SF	CD	TJDFT	Total
PEC	0	2	1	0	3
PLC	0	0	7	1	8
PLS	0	31	0	0	31
ECD	0	1	0	0	1
MPV	6	0	0	0	6
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	2
PDS Rádio/TV	75	0	0	0	75
Outros PDS	0	5	0	0	5
PRS	0	11	0	0	11
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>50</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>142</b>

## Quadro de Normas Geradas por Origem

### 01/01 a 31/03/2016

Leis por iniciativa						
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República			Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior Eleitoral
		PLC	PLN	MPV		
1	10	2	2	2	3	1

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
0	1	0

## Quadros de Normas Geradas por Assunto 01/01 a 31/03/2016

### Emendas Constitucionais. Total: 1

#### 1. Jurídico. Total: 1

Assunto específico	Total
Direito eleitoral e partidos políticos	1

### Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 21

#### 1. Administrativo. Total: 4

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1
Organização político-administrativa do Estado	3

#### 2. Econômico. Total: 6

Assunto específico	Total
Fiscalização e controle	1
Minas e energia	1
Planejamento e orçamento	1
Política econômica e sistema financeiro	1
Tributação	2

#### 3. Honorífico. Total: 3

Assunto específico	Total
Data comemorativa	2
Homenagem cívica	1

#### 4. Jurídico. Total: 5

Assunto específico	Total
Defesa do consumidor	1
Direito civil e processual civil	1
Direito penal e processual penal	2
Trânsito	1

**Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 21****5. Orçamentário. Total: 1**

Assunto específico	Total
Projeto de Lei do Plano Plurianual	1

**6. Social. Total: 2**

Assunto específico	Total
Ciência, tecnologia e informática	1
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	1

## Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 02/02 a 31/03/2016

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	86
Art. 40 - sem ônus (ii)	6
Art. 43, I (iii)	13
Art. 43, II (iv)	7
Art. 43, § 7º (v)	0
<b>Soma</b>	<b>112</b>

<b>Requerimentos de retirada</b>	<b>0</b>
----------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;  
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;  
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;  
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e  
(v) Requerimento de licença-paternidade.

## Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 02/02 a 31/03/2016

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	27
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
<b>Soma</b>	<b>27</b>

<b>Missões não efetivadas (vi)</b>	<b>1</b>
------------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;  
(ii) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;  
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;  
(iv) Representação do Senado Federal;  
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e

(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

## Matérias apreciadas pelo Senado Federal 01 a 31/03/2016

### Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

#### 1. À Câmara dos Deputados. Total: 2

##### Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 3/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.	Romero Jucá	16/03/2016
PEC 133/2015	Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.	Marcelo Crivella	22/03/2016

### Matéria: Medida Provisória. Total: 5

#### 1. À sanção. Total: 5

##### Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 695/2015	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências.	Presidente da República	02/03/2016
MPV 693/2015	Altera a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e altera a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, para dispor sobre o porte de arma de fogo institucional pelos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.	Presidente da República	08/03/2016
MPV 696/2015	Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	Presidente da República	09/03/2016
MPV 698/2015	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.	Presidente da República	30/03/2016
MPV 709/2015	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	31/03/2016

**Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 5****1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLC 133/2015	Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.	Ricardo Izar	22/03/2016

**2. À sanção. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLC 1/2016	Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	09/03/2016
PLC 179/2015	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Mandetta	22/03/2016
PLC 3/2016	Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.	Adelmo Carneiro Leão	22/03/2016
PLC 167/2015 Complementar	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Mauro Mariani	29/03/2016

**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31****1. À Câmara dos Deputados. Total: 22****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLS 555/2015	Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.	Atn Nº 3, de 2015 - Responsabilidade Das Estatais	15/03/2016
PLS 8/2016	Institui a Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	31/03/2016
PLS 9/2016	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação do agressor.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	31/03/2016



**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31****1. À Câmara dos Deputados. Total: 22****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLS 184/2014	Inscribe o nome de Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria.	José Pimentel	02/03/2016
PLS 523/2015	Inscribe o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria.	Eduardo Amorim	11/03/2016
PLS 539/2015	Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.	Omar Aziz	11/03/2016
PLS 692/2015	Denomina “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.	Cássio Cunha Lima	11/03/2016
PLS 344/2013	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.	Paulo Davim	14/03/2016
PLS 253/2014	Inclui a alínea “m” no inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para considerar como agravante a circunstância de praticar crime no interior de transporte público e nos terminais ou pontos de embarque ou desembarque de passageiros.	Jorge Viana	14/03/2016
PLS 30/2015	Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.	Vanessa Grazziotin	14/03/2016
PLS 572/2015	Inclui parágrafo único no art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor que os crimes de lesões corporais leves e culposas praticados contra vítima menor de dezoito anos ou incapaz com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, estarão sujeitos a ação penal pública incondicionada.	Gleisi Hoffmann	14/03/2016
PLS 644/2015	Dispõe sobre o exercício da profissão da dança.	Walter Pinheiro	14/03/2016
PLS 125/2010	Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.	Flexa Ribeiro	16/03/2016
PLS 476/2011	Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de combustíveis e lubrificantes, e define outras providências.	Humberto Costa	16/03/2016
PLS 224/2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.	Eduardo Amorim	18/03/2016
PLS 10/2012	Insera parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.	Vital do Rêgo	21/03/2016
PLS 281/2014	Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.	Fleury	21/03/2016
PLS 183/2015	Dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e revoga a Lei nº 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006.	José Serra	21/03/2016
PLS 432/2014	Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.	Anibal Diniz	28/03/2016

**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31****1. À Câmara dos Deputados. Total: 22****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLS 463/2015	Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.	Lasier Martins	29/03/2016
PLS 394/2014	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.	Ricardo Ferraço	30/03/2016
PLS 345/2015	Altera a redação do art. 196 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a eficácia imediata dos efeitos pecuniários das leis que disponham sobre insalubridade e periculosidade.	Marcelo Crivella	30/03/2016

**2. Ao arquivo. Total: 9****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 4**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLS 109/2013	Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023.	Cícero Lucena	11/03/2016
PLS 8/2015	Acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre aos malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.	José Medeiros	14/03/2016
PLS 519/2015	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento.	Paulo Paim	29/03/2016
PLS 145/2014	Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.	Ruben Figueiró	30/03/2016

**Prejudicada. Total: 2**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PLS 187/2014	Inscrive o nome de Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, no Livro dos Heróis da Pátria.	Inácio Arruda	02/03/2016
PLS 381/2014	Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.	Wilder Moraes	21/03/2016

**Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31****2. Ao arquivo. Total: 9****Retirada pelo autor. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 242/2015	Dispõe sobre a prática de Atividades Físicas e Esportivas em Clubes, Academias, Estabelecimentos Similares, e dá outras providências.	Romário	09/03/2016
PLS 680/2015	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, a fim de substituir a expressão “agrotóxicos” e termos correlatos por “produtos fitossanitários” e termos correlatos, de modo a adequar o texto dessa lei ao das normas vigentes no Mercado Comum do Sul (Mercosul).	Alvaro Dias	30/03/2016
PLS 136/2016	Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para determinar às instituições financeiras que realizam operações remuneradas com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), salvo quando na condição de agente de instituição financeira pública, a elaboração de cálculo de custo econômico das operações de crédito.	Aécio Neves	31/03/2016

**Matéria: Emenda(s) da Câmara dos Deputados A Projeto de Lei do Senado. Total: 1****1. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 8/2015	Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 8.084-B, de 2014, do Senado Federal (PLS Nº 437/2012 na Casa de origem), que “disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior”.	Câmara dos Deputados	10/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82****1. À Câmara dos Deputados. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 2/2016	Aprova a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2015.	Comissão de Assuntos Econômicos	01/03/2016
PDS 3/2016	Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2015.	Comissão de Assuntos Econômicos	01/03/2016
PDS 4/2016	Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2015.	Comissão de Assuntos Econômicos	01/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82****1. À Câmara dos Deputados. Total: 4****Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 7/2016	Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2015.	Comissão de Assuntos Econômicos	01/03/2016

**2. À promulgação. Total: 78****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 6/2016	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	03/03/2016
PDS 5/2016	Susta a Resolução nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
PDS 8/2016	Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	10/03/2016

**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 388/2013	Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/ C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 87/2014	Aprova o ato que outorga permissão à SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 94/2014	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio RURAL MUZAMBINHO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 98/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 136/2014	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pilar, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82**
**2. À promulgação. Total: 78**
**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 157/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROTA DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 163/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Passa Quatro, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 165/2014	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio ALVORADA DE QUIRINÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 179/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE DAMIANÓPOLIS (APRODAMI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Damianópolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 187/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NEVENSE DE RADIODIFUSÃO - ASCONERD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 11/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CASA DA CIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 22/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE BASTOS Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bastos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 58/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 59/2015	Aprova o ato que outorga concessão à GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 70/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RETIRO VELHO RADIODIFUSÃO DE PIEDADE DO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 78/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MULHER DA SOMBRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catende, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 81/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIOFÔNICA E COMUNITÁRIA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 101/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA E INFORMAÇÃO PAUINIENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pauini, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82****2. À promulgação. Total: 78****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 108/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA – RÁDIO CENTRAL NORDESTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camocim de São Félix, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 113/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CABO FRIO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 118/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADÃ E CULTURAL DO PLANALTO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 122/2015	Aprova o ato que outorga permissão à MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. – ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 123/2015	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DO RIO GRANDE DO SUL - FEECRHS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 125/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES MONTE ALEGRE III para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 128/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 129/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TRAMANDAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 139/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMUNICADORES LOCAL E MORADORES DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre de Lourdes, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 146/2015	Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO MANOEL FRANCISCO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL DE PAULO AFONSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 151/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ - RJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ubá, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 159/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSAPRAD - ASSOCIAÇÃO SAPUCAIENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 164/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE VARGEM GRANDE – RÁDIO RENDE VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82**
**2. À promulgação. Total: 78**
**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 169/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COLINENSE DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas do Sul, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 190/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 220/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DA MATA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 233/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO CIDADANIA E INTEGRAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 237/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASSIS Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 287/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL 13 DE SETEMBRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mercedes, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 304/2015	Aprova o ato que outorga autorização à AÇÃO SOCIAL SENHORA DAS DORES (ASSED) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kubitschek, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 308/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE RIACHO DOS MACHADOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 358/2015	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TERRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	07/03/2016
PDS 10/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 13/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 15/2015	Aprova o ato que outorga permissão à RBC - REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 18/2015	Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016



**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82****2. À promulgação. Total: 78****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 19/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA STÚDIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 24/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 45/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 47/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 54/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 55/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 91/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTO DOS VOLANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 93/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ABSFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 130/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 134/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEJUÇARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 136/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITAPUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuca, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 140/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA STILUS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 143/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MINUANO DE SARANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82**
**2. À promulgação. Total: 78**
**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 162/2015	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 166/2015	Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA LÚCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 196/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GUARUJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 199/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COCAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 227/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PADROEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 239/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 241/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA Ltda. - ME para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 246/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 260/2015	Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 298/2015	Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 299/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA PARAISOPOLENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 306/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BAIRRO DO JEREMIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 317/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CONQUISTA D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 82****2. À promulgação. Total: 78****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 75**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PDS 318/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 320/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 333/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 334/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016
PDS 349/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	23/03/2016

**Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 7****1. À promulgação. Total: 7****Aprovada pelo Plenário. Total: 6**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PRS 9/2016	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER".	Comissão de Assuntos Econômicos	08/03/2016
PRS 64/2015	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e as atribuições de Analista Legislativo, Especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico.	Simone Tebet	22/03/2016
PRS 65/2015	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto DataSenado a atribuição de auxiliar na produção de análises relacionadas à avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.	Simone Tebet	22/03/2016
PRS 12/2015	Altera o art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal.	Ronaldo Caiado	23/03/2016
PRS 49/2015	Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.	Davi Alcolumbre	23/03/2016

**Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 7****1. À promulgação. Total: 7****Aprovada pelo Plenário. Total: 6**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PRS 61/2015	Cria a Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal.	Mesa do Senado Federal	23/03/2016

**Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
PRS 12/2016	Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	30/03/2016

**Matéria: Mensagem (SF). Total: 13****Aprovada pelo Plenário. Total: 13**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
MSF 79/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.	Presidente da República	01/03/2016
MSF 80/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Presidente da República	01/03/2016
MSF 2/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.	Presidente da República	09/03/2016
MSF 6/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.	Presidente da República	09/03/2016
MSF 13/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Presidente da República	09/03/2016
MSF 15/2016	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do parágrafo único, "in fine", do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor JOEL ILAN PACIORNIK, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Juizes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Gilson Langaro Dipp.	Presidente da República	09/03/2016

**Matéria: Mensagem (SF). Total: 13****Aprovada pelo Plenário. Total: 13**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
MSF 16/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, da Constituição Federal, o nome do Doutor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sidnei Agostinho Beneti.	Presidente da República	09/03/2016
MSF 5/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.	Presidente da República	22/03/2016
MSF 3/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.	Presidente da República	23/03/2016
MSF 8/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.	Presidente da República	29/03/2016
MSF 21/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NÔMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys.	Presidente da República	29/03/2016
MSF 22/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão.	Presidente da República	29/03/2016
MSF 23/2016	Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Presidente da República	29/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Aprovada pelo Plenário. Total: 58**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 112/2016	Requerem, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 11 de março de 2016, para comemoração do DIA MUNDIAL DO RIM.	Eduardo Amorim	01/03/2016
RQS 121/2016	Requer, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 10 de março de 2016, para comemoração do DIA MUNDIAL DO RIM.	Eduardo Amorim	01/03/2016
RQS 115/2016	Requeremos, na forma do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade à Assembleia Nacional da Venezuela pela aprovação da Lei de Anistia e Reconciliação Nacional.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	02/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Aprovada pelo Plenário. Total: 58**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 124/2016	Requer, nos termos dos arts. 39, I e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento do país, no período de 13 a 15 de março de 2016 para participar, como Membro da Representação Brasileira no Parlasul, da "Reunión de la Bancada Progresista del Parlasur", assim como da "XXXVI Reunion Ordinária del Parlamento del Mercosur", na Cidade de Montevideu, no Uruguai.	Humberto Costa	02/03/2016
RQS 129/2016	Requer, nos termos dos artigos 13, 39, inciso I e 40, inciso II, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, das reuniões do Parlamento do Mercosul, das Reuniões da Mesa Diretora; XXXVI Sessão Ordinária e, Comissão Parlamentar da Saúde, que se realizará na cidade de Montevideu, Uruguai, nos dias 13 a 15 de março de 2016.	Gladson Cameli	02/03/2016
RQS 131/2016	Requerem, nos termos regimentais, a criação de Comissão Especial, composta por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.	Antonio Carlos Valadares	02/03/2016
RQS 132/2016	Requer, nos termos do art. 336, li, combinado com o art. 338, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, urgência de líderes para a Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº. 8, de 2015.	Líderes Partidários	02/03/2016
RQS 104/2016	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW/ONU, em Nova York, Estados Unidos, nos dias 13 a 19 de março de 2016, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Lídice da Mata	03/03/2016
RQS 138/2016	Requer, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS nº 9, de 2016.	Comissão de Assuntos Econômicos	08/03/2016
RQS 144/2016	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da 5ª Conferência Mundial sobre Síndrome de Down, em Nova Iorque, Estados Unidos, no dia 21 de março de 2016; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 17 a 22 de março de 2016.	Lindbergh Farias	08/03/2016
RQS 127/2016	Requer, com base no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal e nos termos regimentais, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria relativa à eventual transferência de recursos federais (oriundos da Caixa Econômica Federal e dos fundos de pensões estatais) para a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop).	Ronaldo Caiado	09/03/2016
RQS 137/2016	Requer, nos termos do inciso IV, do art. 71, da Constituição Federal, combinado com o Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União solicitação para realizar auditoria patrimonial nos Palácios do Planalto e Alvorada para averiguar possível desvio ou desaparecimento de bens pertencentes à União.	Ronaldo Caiado	09/03/2016
RQS 145/2016	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 18 de abril de 2016, segunda-feira, às 16 horas, destinada a celebrar o legado e a importância dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas.	Donizeti Nogueira	09/03/2016
RQS 149/2016	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 513/2011, além da apreciação pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional - CEDN, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.	Paulo Paim	09/03/2016
RQS 150/2016	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 513/2011, além da apreciação pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional - CEDN, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.	Paulo Paim	09/03/2016
RQS 151/2016	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 513/2011, além da apreciação pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional - CEDN, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais - CAS.	Paulo Paim	09/03/2016
RQS 159/2016	Requer impugnação de matéria estranha constante do PLV 25/2015 - MPV 696/2015.	Humberto Costa	09/03/2016
RQS 170/2016	Requer, nos termos regimentais, votação em globo de todos os requerimentos apresentados ao Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2015.	José Pimentel	09/03/2016



**Matéria: Requerimento. Total: 155****Aprovada pelo Plenário. Total: 58**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 171/2016	Requerem Calendário Especial para que a Proposta de Emenda Constitucional nº 3, de 2016, conste da Ordem do Dia.	Líderes Partidários	09/03/2016
RQS 172/2016	Requerem, nos termos regimentais, a adoção de Calendário Especial de Tramitação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2015.	Líderes Partidários	09/03/2016
RQS 173/2016	Requer, nos termos do art. 338, inciso IV, do RISF, urgência para o PLC 1/2016.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	09/03/2016
RQS 1385/2013	Requer, nos termos do art. 335, I, do RISF, seja sobrestada a tramitação da PEC nº 22/2011, até que se ultime a tramitação do PLS nº 74, de 2010.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2016
RQS 115/2014	Requer, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja sobrestada a tramitação da PEC nº 79, de 2011, até que se ultime a tramitação do PLS nº 74, de 2010.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	10/03/2016
RQS 985/2014	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 350/2014 seja submetido, também, ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Humberto Costa	10/03/2016
RQS 986/2014	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 350/2014 seja submetido, também, ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Humberto Costa	10/03/2016
RQS 987/2014	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 350/2014 seja submetido, também, ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	Humberto Costa	10/03/2016
RQS 209/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação em conjuntos dos Projetos de Lei do Senado nºs 673, de 2011; 311, de 2014; e 32, de 2015.	Delcídio do Amaral	10/03/2016
RQS 524/2015	Requer, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2011; com os Projetos de Lei do Senado nºs 490 e 498, de 2011; e Projetos de Lei do Senado nºs 296 e 392, de 2012; por versarem sobre matérias correlatas.	José Pimentel	10/03/2016
RQS 551/2015	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 300, de 2004; 105, de 2007; e 568, de 2009.	Humberto Costa	10/03/2016
RQS 555/2015	Requer, nos termos do caput do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2008; com os PLS nº 86 e 238, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas.	José Pimentel	10/03/2016
RQS 682/2015	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2010, além da Comissão constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Paulo Paim	10/03/2016
RQS 718/2015	Requer, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 12, RISF, que sobre o PLS 398/2012, seja ouvida, também, a CCJ.	Valdir Raupp	10/03/2016
RQS 930/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 300, de 2004; 105, 147 e 365, de 2007; 568, de 2009; 81, de 2010; 98, de 2011(apensada aos PLS 354/2011 e 128/2012) e 569, de 2011; 373, de 2012; e 215, de 2015, por versarem sobre a mesma matéria.	Dário Berger	10/03/2016
RQS 1120/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, a oitiva da CDH sobre o PLS 124/2014.	Paulo Paim	10/03/2016



**Matéria: Requerimento. Total: 155****Aprovada pelo Plenário. Total: 58**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 33/2016	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2015, seja apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Paulo Rocha	10/03/2016
RQS 83/2016	Requerem, com fundamento no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 21 de março de 2016, destinada a homenagear o Dia Nacional do DeMolay, conforme Lei nº 12.208, de 19 de janeiro de 2010.	Valdir Raupp	10/03/2016
RQS 110/2016	Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 83, de 2016, requer que a Sessão Especial seja destinada em Homenagem ao Dia Nacional do DeMolay e aos 12 anos Supremo da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil.	Valdir Raupp	10/03/2016
RQS 178/2016	Requer, nos termos dos arts. 13, § 1º, 39, I e art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º da resolução nº 1, de 2011-CN, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 12 a 15 de março de 2016 a fim de participar da 36ª sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, a ser realizada no Uruguai.	Lindbergh Farias	10/03/2016
RQS 180/2016	Requer, com fundamento no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos seguintes projetos, por tratarem de mesma matéria: Projeto de Lei do Senado – PLS nº 51, de 2015 e Projeto de Lei do Senado – PLS nº 58, de 2016.	Jorge Viana	10/03/2016
RQS 181/2016	Nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o Projeto de Resolução nº 64/2015.	Líderes Partidários	10/03/2016
RQS 182/2016	Requer, nos termos do inciso II do art. 336 do RISF, urgência para apreciação do PRS 65/2015.	Líderes Partidários	10/03/2016
RQS 196/2016	Requer, nos termos do art. 311, IV, RISF, preferência para votação do Substitutivo oferecido ao PLS 555/2015.	Tasso Jereissati	15/03/2016
RQS 197/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 104-PLN ao PLS 555/2015.	Gleisi Hoffmann	15/03/2016
RQS 198/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 105-PLN ao PLS 555/2015.	Gleisi Hoffmann	15/03/2016
RQS 199/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 106-PLN ao PLS 555/2015.	Gleisi Hoffmann	15/03/2016
RQS 200/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 107-PLN ao PLS 555/2015.	Gleisi Hoffmann	15/03/2016
RQS 201/2016	Requer a votação em globo dos requerimentos de destaque para votação em separado apresentados ao PLS 555/2015.	Tasso Jereissati	15/03/2016
RQS 179/2016	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 78 e 388, de 2015.	Ana Amélia	22/03/2016
RQS 212/2016	Requer, nos termos regimentais, urgência para o PLC 3/2016.	Líderes Partidários	22/03/2016
RQS 213/2016	Requer, nos termos do artigo 338, inciso IV, RISF, urgência para o PLS 388/2015.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	22/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Aprovada pelo Plenário. Total: 58**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 223/2016	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 26 de abril de 2016, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Mesa Diretora e XXXVII Sessão Ordinária, a serem realizadas no dia 25 de abril de 2016, na cidade de Montevideu, Uruguai; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 24 a 26 de abril de 2016.	Roberto Requião	29/03/2016
RQS 224/2016	Requer, nos termos dos arts. 13; 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 55, III, da Constituição Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 26 de abril de 2016, para participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.	Fátima Bezerra	29/03/2016
RQS 226/2016	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 24 e 26 de abril de 2016, para participar, na qualidade de membro do Parlamento do Mercosul, da "XXXVII Sesión Ordinaria", a realizar-se no dia 25 de abril de 2016, em Montevideu, Uruguai; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido, que se ausentará do País entre os dias 23 e 26 de abril de 2016.	Blairo Maggi	29/03/2016
RQS 229/2016	Requer, nos termos dos arts. 39, inciso I e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar do País, no período de 23 a 26 de abril 2016, tendo em vista participação na Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, ausência do País durante o período acima citado.	Antonio Carlos Valadares	31/03/2016
RQS 235/2016	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da Sessão Especial da Assembléia Geral - UNGASS a ser realizada pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos da América, no dia 19 de abril de 2016; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 16 a 20 de abril de 2016.	Magno Malta	31/03/2016
RQS 236/2016	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa nas Sessões do Parlamento do Mercosul, no período de 24 a 26 de abril de 2016, em Montevideu, Uruguai; e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do País no período indicado.	Lídice da Mata	31/03/2016
RQS 237/2016	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 19 a 21 de abril de 2016, para participar de missão oficial aos Estados Unidos com o propósito de conhecer as políticas públicas desenvolvidas pelo setor de produção de energias renováveis, no estado da Califórnia; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do País no período de 17 a 24 de abril de 2016.	Fernando Bezerra Coelho	31/03/2016
RQS 240/2016	Requer, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 6 de junho de 2016, pelo transcurso do nonagésimo aniversário do poeta Thiago de Melo, maior representante na atualidade da poesia social no Brasil, cujo aniversário ocorreu no dia 30 de março.	Randolfe Rodrigues	31/03/2016

**Aprovada pela Comissão Diretora. Total: 3**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 1457/2015	Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 588/2015 com o PLS 616/2015 e o PLS 639/2015, por tratarem da mesma matéria.	Flexa Ribeiro	29/03/2016
RQS 123/2016	Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2015 com o Projeto de Lei do Senado nº 715, de 2015, por regularem a mesma matéria.	Romário	29/03/2016
RQS 192/2016	Requer, nos termos regimentais, o desapensamento da Proposta de Emenda Constitucional nº 8, de 2015, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda Constitucional nº 21, de 2015, para que tenha tramitação autônoma.	Antonio Anastasia	29/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****À publicação para que produza efeitos. Total: 2**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 148/2016	Requerem, nos termos do art. 76, § 1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por quarenta e cinco dias da duração da Comissão Parlamentar de Inquérito de Assassinato de Jovens, criada nos termos do requerimento nº 115, de 2015.	Lídice da Mata	09/03/2016
RQS 227/2016	Requer, nos termos do Art. 76, §1º, I c/c art. 152, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de duração da comissão parlamentar de inquérito do HSBC, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, para que prossigam, pelo prazo de mais 180 dias, as investigações de possíveis irregularidades na abertura de contas no HSBC de Genebra, na Suíça.	Randolfe Rodrigues	29/03/2016

**Deferida pela Comissão Diretora. Total: 43**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 866/2015	Requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a estrutura de cargos da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EPL e outras informações.	Cássio Cunha Lima	29/03/2016
RQS 1125/2015	Solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas à previsão orçamentária e a conveniência de aprovação do PLC nº 69, de 2015, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	Delcídio do Amaral	29/03/2016
RQS 1150/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre o Programa Bolsa Família.	Aécio Neves	29/03/2016
RQS 1222/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da Nota Técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI-MEC), com o título: Dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação, de 1º de setembro de 2015.	Magno Malta	29/03/2016
RQS 1280/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde a respeito do rastreamento do câncer de mama e da Portaria nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, nos termos que especifica.	Paulo Bauer	29/03/2016
RQS 1282/2015	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Meio Ambiente acerca da aprovação do montante de US\$ 65 milhões por parte do Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente em favor da Amazônia brasileira, nos termos que especifica.	Vanessa Grazziotin	29/03/2016
RQS 1303/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações relativas ao processo de renovação da permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube São José dos Campos Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1321/2015	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário: "Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina", adotada na Cidade do México em 2004 e "Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano", de 2010.	Jorge Viana	29/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Deferida pela Comissão Diretora. Total: 43**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 1322/2015	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre a implementação, pelo governo brasileiro, dos mecanismos de ação social estabelecidos em dois atos internacionais dos quais o Brasil é signatário: “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”, adotada na Cidade do México em 2004 e “Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano”, de 2010.	Jorge Viana	29/03/2016
RQS 1346/2015	Requer, com base nos art. 49, inciso X, e art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno, do Senado Federal, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações a respeito de barragens de rejeitos cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como, da fiscalização, do risco de rompimento e dos planos de contingência.	Ronaldo Caiado	29/03/2016
RQS 1347/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Justiça informações sobre o processo PA 08700.004633/2015-04, junto ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE, que investiga suposto cartel na manipulação de taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras, assim como os índices de referência de mercado de câmbio, como o PTAX do Banco Central do Brasil.	Ricardo Ferraço	29/03/2016
RQS 1356/2015	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Minas e Energia informações sobre o Acórdão nº 3.493, de 2014 - TCU - Plenário, e das providências adotadas nas Tomadas de Contas 029.387/2013-2 e 023.736/2014-3.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	29/03/2016
RQS 1363/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS nº 35, de 2015, nos termos que especifica.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1366/2015	Requerem, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS nº 40, de 2015, nos termos que especifica.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1367/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato nº 2, de 2011, da CCT, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS nº 41, de 2015, nos termos que especifica.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1390/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações cópia integral do processo que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo (PDS 119/2015).	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1391/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011-CCT, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS nº 37, de 2014.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1392/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011-CCT, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS 44/2014.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Deferida pela Comissão Diretora. Total: 43**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 1393/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011-CCT, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário de que trata o OFS 49/2015.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	29/03/2016
RQS 1397/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores relativas ao contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas, ao Japão e ao Vietnã.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/03/2016
RQS 1405/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, informações sobre as obras na BR 319, nos termos que especifica.	Gladson Cameli	29/03/2016
RQS 1423/2015	Requer nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	29/03/2016
RQS 1429/2015	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Srº Ministro de Estado da Educação acerca de supostas irregularidades em processo licitatório no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	29/03/2016
RQS 1446/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Educação, informações sobre indicadores das regiões e municípios que tem maior deficiência no setor educacional e quais razões e fatores são identificados como condicionantes dos desempenhos desse setor nas localidades mencionadas.	Fernando Bezerra Coelho	29/03/2016
RQS 1447/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre indicadores das regiões e municípios que tem maior deficiência de atendimento de saúde e quais razões e fatores são identificados como condicionantes dos desempenhos dos serviços de saúde nas localidades mencionadas.	Fernando Bezerra Coelho	29/03/2016
RQS 1450/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre os municípios que receberam recursos advindos do Programa PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – fase 3, regulamentado pela Portaria nº 53, de 1º de fevereiro de 2013, do Ministério das Cidades, nos termos que especifica.	Dário Berger	29/03/2016
RQS 1/2016	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a real situação financeira e administrativa da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).	Aloysio Nunes Ferreira	29/03/2016
RQS 21/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações a respeito do total de recursos sob administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e a inadimplência de suas operações, nos termos que especifica.	José Medeiros	29/03/2016
RQS 29/2016	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a redução da dívida da CELG e seus beneficiários.	Ronaldo Caiado	29/03/2016
RQS 31/2016	Requer, em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos do art. 215, inciso I, alínea a, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) informações sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), nos termos que especifica.	Ronaldo Caiado	29/03/2016
RQS 37/2016	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca do atendimento do Programa Rede Cegonha às mulheres ciganas.	Magno Malta	29/03/2016



**Matéria: Requerimento. Total: 155****Deferida pela Comissão Diretora. Total: 43**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 58/2016	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações sobre quais providências estão sendo tomadas acerca da regulamentação da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.	Fernando Bezerra Coelho	29/03/2016
RQS 61/2016	Requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, informações referentes ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério e cuja gestão está a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/03/2016
RQS 67/2016	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações acerca de todos os dados estatísticos disponíveis, de maneira pormenorizada, sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, bem como devem ser incluídas as informações que permitam o cálculo do valor da produção de cada um dos assentamentos, bem como o rendimento físico por área de assentamento.	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	29/03/2016
RQS 85/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, sejam solicitadas informações a Ministra do Meio Ambiente sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pela tragédia ambiental em Ferreira Gomes/AP.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	29/03/2016
RQS 87/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça, referentes às medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	29/03/2016
RQS 88/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 7º da Lei nº 9.478 de 1997, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente, sobre as medidas tomadas para a punição dos responsáveis pelo rompimento da barragem em Mariana/MG.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	29/03/2016
RQS 106/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro Chefe da Casa Civil informações relativas aos gastos efetuados, direta ou indiretamente, a qualquer título, para o atendimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2011 e 2014.	Ronaldo Caiado	29/03/2016
RQS 107/2016	Requerem, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c com art. 215, inciso I, e art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, de pedido de informações para envio de todos os dados disponíveis, quanto às queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil, bem como as providências que vem sendo tomadas a fim de evitar a queda do alto movimento turístico, detalhando quais obras de saneamento básico estão previstas para as cidades litorâneas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/03/2016
RQS 108/2016	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Cidades acerca de providências para evitar a queda do movimento turístico nas cidades litorâneas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em razão das queixas de turistas argentinos sobre a poluição das águas do mar do litoral sul do Brasil.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	29/03/2016
RQS 111/2016	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam prestadas informações pelo Ministro dos Transportes sobre as obras de manutenção e reparação nas rodovias federais no Acre, em especial, trechos da BR-317 e BR-364, nos termos que especifica.	Jorge Viana	29/03/2016
RQS 120/2016	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional relativas às epidemias de dengue, de infecção pelo vírus Zika e de microcefalia no País.	Antonio Carlos Valadares	29/03/2016
RQS 216/2016	Requer, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, as informações sobre o envio de telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior, recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de um golpe político no País.	Tasso Jereissati	29/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 8**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 152/2016	Requer, nos termos do art. 256, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 91, de 2016-CCT.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	09/03/2016
RQS 156/2016	Requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015.	Romário	09/03/2016
RQS 205/2016	Requer a retirada do Requerimento nº 191 de 2016, onde solicita que o PLS 200, de 2015 também seja apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa além do constante do despacho inicial.	João Capiberibe	17/03/2016
RQS 215/2016	Requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 158, de 2016, que solicita que o PLS 213/2015 seja deliberado também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).	Tasso Jereissati	23/03/2016
RQS 230/2016	Requer, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2015	Alvaro Dias	30/03/2016
RQS 234/2016	Requer, nos termos do art. 256 do RISF, a retirada do Requerimento nº 208, de 2016.	Jader Barbalho	31/03/2016
RQS 241/2016	Requer, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PLS 577/2015.	Marta Suplicy	31/03/2016
RQS 242/2016	Requer, nos termos do art. 256, I, RISF, a retirada do PLS 136/2016.	Aécio Neves	31/03/2016

**Encaminhada pela Presidência. Total: 24**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 114/2016	Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo brutal assassinato de CÍCERO LOPES DA SILVA – Prefeito de Maraã/AM – ocorrido em 28 de fevereiro de 2016.	Vanessa Grazziotin	01/03/2016
RQS 117/2016	Requerem, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Senhor Wellington César Lima e Silva, Promotor de Justiça na Bahia, pela sua elogiosa atuação republicana no exercício de suas funções, ao longo de seus 25 anos de carreira.	Randolfe Rodrigues	01/03/2016
RQS 125/2016	Requer, nos termos regimentais, seja encaminhada ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Ministério da Cultura, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) moção de apoio ao reconhecimento do Marabaixo, manifestação tradicional da comunidade negra do Amapá, como patrimônio cultural e imaterial do Brasil.	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	02/03/2016
RQS 126/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Universidade do Estado do Amazonas, por seus 15 anos de fundação e serviços prestados à sociedade amazonense, bem como seja encaminhado o referido voto ao Reitor Cleinaldo de Almeida Costa.	Vanessa Grazziotin	02/03/2016
RQS 147/2016	Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a consignação em ata de voto de pesar, com apresentação de condolências à família, pelo falecimento da artista, professora e compositora do Hino de Brasília, Sra. Neusa França, ocorrido ontem, terça-feira dia 8 e março.	Cristovam Buarque	09/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Encaminhada pela Presidência. Total: 24**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 154/2016	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais desta Casa, VOTO DE PESAR pelo falecimento do músico pernambucano Naná Vasconcelos, no dia 09 de março de 2016.	Fernando Bezerra Coelho	09/03/2016
RQS 155/2016	Requer, nos termos do Art. 218, combinado com o Art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 08 de março de 2016, do senhor Juracy Magalhães, o popular Jurinha, cirurgião dentista, professor, homem público e dirigente do futebol capixaba.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 174/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Lábrea, por seus 135 anos de instituição, bem como seja encaminhado o presente voto ao Prefeito Evaldo de Souza Gomes.	Vanessa Grazziotin	09/03/2016
RQS 175/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao poeta Amadeu Thiago de Mello, pelo seu aniversário de 90 anos, bem como seja encaminhado o presente voto ao endereço mencionado.	Vanessa Grazziotin	09/03/2016
RQS 176/2016	Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada pelas filhas Jasmim Azul e Luz Morena, pelo falecimento de seu pai, percussionista pernambucano Naná Vasconcelos, aos 71 anos, nesta quarta-feira (09/03), bem como seja encaminhado o presente voto à Fundação de Cultura do Estado de Pernambuco.	Vanessa Grazziotin	09/03/2016
RQS 177/2016	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de ATHAYDES MARIANO FÉLIX – Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) – ocorrido em 02 de março de 2016 e que seja transmitido o presente voto à família enlutada, com cópia para o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM).	Vanessa Grazziotin	09/03/2016
RQS 184/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à empresária Lilian Guedes, por ter vencido a eleição para assumir a presidência da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Amazonas (Abrasel-AM).	Vanessa Grazziotin	14/03/2016
RQS 185/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao artista amazonense Moacir Andrade, por seus 80 anos dedicados às artes.	Vanessa Grazziotin	14/03/2016
RQS 186/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à nova Procuradora-Geral de Justiça do estado da Bahia, Ediene Lousado.	Vanessa Grazziotin	14/03/2016
RQS 188/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de aplauso ao jornal Diário do Amazonas pela transcorrência dos 31 anos de atuação no Estado do Amazonas.	Sandra Braga	15/03/2016
RQS 190/2016	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso e congratulações à jornalista e escritora Aline Guedes pela edição de seu livro: Plumas – Paixão, vida e cotidiano em forma diversos.	Vanessa Grazziotin	15/03/2016
RQS 202/2016	Requer, nos termos do inciso II, combinado com a alínea “e” do inciso III, do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de VOTO DE PESAR aos familiares do senhor JUVENAL DE HOLANDA VASCONCELOS, falecido no dia 9 de março de 2016.	Humberto Costa	16/03/2016
RQS 206/2016	Requer VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Prefeito de Rancho Alegre do Oeste (PR), VALDINEI PELOI, ocorrido no dia 17 de março de 2016, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.	Alvaro Dias	17/03/2016
RQS 207/2016	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pela morte da estudante LOUISE RIBEIRO, da Universidade de Brasília – UnB.	Vanessa Grazziotin	17/03/2016
RQS 209/2016	Requer, nos termos do artigo 218, VII, combinado com o art. 221, I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do empresário e ex-presidente da Vale, Roger Agnelli, falecido em trágico acidente, no último sábado, dia 19 de março de 2016, em São Paulo - SP, e a apresentação de condolências a sua família.	Tasso Jereissati	21/03/2016



**Matéria: Requerimento. Total: 155****Encaminhada pela Presidência. Total: 24**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 210/2016	Requer, nos termos do Art. 218, combinado com o Art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 19 de março de 2016, do senhor Roger Agnelli, ex-presidente da Vale.	Ricardo Ferraço	21/03/2016
RQS 211/2016	Requer nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Pastor MARCOS ROGÉRIO MARTINS ARAÚJO, na madrugada do dia 20 de março de 2016, domingo, em decorrência de um acidente automobilístico ocorrido na BR 262, em Mato Grosso do Sul, no dia anterior.	Simone Tebet	22/03/2016
RQS 225/2016	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à cientista química Elisa Orth, por ter sido escolhida para fazer parte de um grupo de jovens cientistas para participar de reuniões e palestras em Paris, França.	Vanessa Grazziotin	29/03/2016
RQS 233/2016	Requer, nos termos do artigo 218, VII, combinado com o art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do empresário e ex-presidente da Vale, Roger Agnelli, juntamente com demais membros de sua família, ocorrido no dia 19 de março de 2016, em São Paulo - SP, bem como a apresentação de condolências a sua família.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	31/03/2016

**Rejeitada pelo Plenário. Total: 12**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 141/2016	Requer, nos termos do artigo 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do Requerimento de preferência da MPV nº 693, de 2015, do PLV 2/2016, seja feita pelo processo nominal	Ronaldo Caiado	08/03/2016
RQS 143/2016	Requer, nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda nº 44, à MPV nº 693/2015, seja feita pelo processo nominal.	Ronaldo Caiado	08/03/2016
RQS 160/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 50 oferecida à MPV 696/2015 - PLV 25/2015.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 161/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 51 oferecida à MPV 696/2015 - PLV 25/2015.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 162/2016	Requer destaque para votação em separado da Emenda nº 52 oferecida à MPV 696/2015 - PLV 25/2015.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 163/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 53 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 164/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 54 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 165/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 55 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 166/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 56 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferraço	09/03/2016
RQS 167/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 57 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferraço	09/03/2016

**Matéria: Requerimento. Total: 155****Rejeitada pelo Plenário. Total: 12**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 168/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 58 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferreira	09/03/2016
RQS 169/2016	Requer, nos termos dos artigos 312, 313 e 314 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado a Emenda nº 60 à Medida Provisória nº 696, de 2015, apresentada na Comissão Mista.	Ricardo Ferreira	09/03/2016

**Retirada pelo autor. Total: 5**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
RQS 142/2016	Requer, nos termos do art. 294, do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do PLV nº 2, de 20116, seja feita pelo processo nominal.	Ronaldo Caiado	08/03/2016
RQS 91/2016	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações sobre a renovação da permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	09/03/2016
RQS 191/2016	Requer, nos termos do art. 255, II “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 200/2015, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	João Capiberibe	17/03/2016
RQS 158/2016	Requer, nos termos do art. 255, II, ‘c’, 12, combinado com o art. 101, I, todos do RISF, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 213 de 2015, seja ouvida também a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que esta se pronuncie sobre a matéria, além da Comissão constante no despacho inicial de distribuição.	Tasso Jereissati	23/03/2016
RQS 208/2016	Requer, nos termos do Artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com Artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Dr. LUIZ AUGUSTO NAVARRO DE BRITTO FILHO, requerimento de informações a respeito dos fatos que envolvem a construção, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, do projeto de engenharia denominado BRT – BUS RAPID TRANSIT.	Jader Barbalho	31/03/2016

## Requerimentos de Licença Aprovados em Plenário. Total: 12

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Missão
RQS nº 104/2016	Lídice da Mata	art. 40, § 1º	De 13/03/2016 a 19/03/2016	Participar da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação Jurídica e Social da Mulher da Organização das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos.
RQS nº 124/2016	Humberto Costa	art. 40, § 1º	De 13/03/2016 a 15/03/2016	Participar da XXXVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 129/2016	Gladson Cameli	art. 40, § 1º	De 13/03/2016 a 15/03/2016	Participar da XXXVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 144/2016	Lindbergh Farias	art. 40, § 1º	21/03/2016	Participar da 5ª Conferência Mundial Sobre Síndrome de Down, em Nova York, Estados Unidos.
RQS nº 178/2016	Lindbergh Farias	art. 40, § 1º	13/03/2016 e 14/03/2016	<b>Retirado.</b> Participar da XXXVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 223/2016	Roberto Requião	art. 40, § 1º	De 24/04/2016 a 26/04/2016	Participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 224/2016	Fátima Bezerra	art. 40, § 1º	De 24/04/2016 a 26/04/2016	Participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 226/2016	Blairo Maggi	art. 40, § 1º	De 24/04/2016 a 26/04/2016	Participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 229/2016	Antonio Carlos Valadares	art. 40, § 1º	De 23/04/2016 a 26/04/2016	Participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 235/2016	Magno Malta	art. 40, § 1º	19/04/2016	Participar da Sessão Especial da Assembleia Geral - UNGASS, a ser realizada pela ONU, em Nova Iorque, Estados Unidos.
RQS nº 236/2016	Lídice da Mata	art. 40, § 1º	De 24/04/2016 a 26/04/2016	Participar da XXXVII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 237/2016	Fernando Bezerra Coelho	art. 40, § 1º	De 19/04/2016 a 21/04/2016	Participar de missão oficial aos Estados Unidos com o propósito de conhecer as políticas públicas desenvolvidas pelo setor de produção de energias renováveis, no Estado da Califórnia.

**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 72**

<b>Requerimento</b>	<b>Parlamentar</b>	<b>RISF</b>	<b>Período</b>	<b>Finalidade</b>
RQM nº 35/2016	Eduardo Amorim	Art. 43, I	De 24/02/2016 a 26/02/2016	Licença saúde.
RQM nº 36/2016	Douglas Cintra	Art. 13	25/02/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 37/2016	Ricardo Franco	Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 38/2016	Zeze Perrella	Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 39/2016	Valdir Raupp	Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 40/2016	Magno Malta	Art. 13	02/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 41/2016	José Medeiros	Art. 13	02/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 42/2016	Gladson Cameli	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 43/2016	João Alberto Souza	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 44/2016	Lindbergh Farias	Art. 13	De 11/03/2016 a 13/03/2016	Atividade parlamentar. Participar do Fórum de Lideranças Globais, a se realizar em Nova Délhi, Índia, a convite da Organização Art Of Living.
RQM nº 45/2016	Vanessa Grazziotin	Art. 13	De 18/03/2016 a 24/03/2016	Atividade parlamentar. Participar da Quinta Missão Parlamentar de Estudos sobre Inovação, promovida pelo Wilson Center, Instituto das Américas e Interfarma, a ser realizada em São Francisco, Califórnia, EUA.
RQM nº 46/2016	Magno Malta	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 47/2016	Jader Barbalho	Art. 13	01/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 48/2016	Jorge Viana	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 49/2016	Humberto Costa	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 50/2016	Sandra Braga	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 51/2016	Antonio Anastasia	Art. 13	03/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 52/2016	Paulo Bauer	Art. 13	De 08/03/2016 a 10/03/2016	Atividade parlamentar. Participar das comemorações dos 165 anos da Cidade de Joinville.
RQM nº 53/2016	Delcídio do Amaral	Art. 43, I	De 08/03/2016 a 22/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 54/2016	Vicentinho Alves	Art. 43, I	02/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 56/2016	Otto Alencar	Art. 13	08/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 57/2016	Rose de Freitas	Art. 13	25/02/2016 e 26/02/2016	Atividade parlamentar. Participar do 10º Encontro de Prefeitos do Estado do Espírito Santo.
RQM nº 59/2016	Lídice da Mata	Art. 43, I	De 25/02/2016 a 27/02/2016	Licença saúde.
RQM nº 60/2016	Dário Berger	Art. 13	08/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 62/2016	Ricardo Franco	Art. 13	09/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 63/2016	Ricardo Franco	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 64/2016	Gladson Cameli	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 65/2016	Douglas Cintra	Art. 13	08/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 67/2016	Humberto Costa	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 68/2016	Vicentinho Alves	Art. 43, I	07/03/2016 e 08/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 69/2016	Antonio Carlos Valadares	Art. 13	De 20/03/2016 a 24/03/2016	Atividade parlamentar. Participar da "Quinta Missão Parlamentar de Estudos sobre Inovação", a realizar-se em São Francisco, Califórnia.
RQM nº 70/2016	João Capiberibe	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 71/2016	Jader Barbalho	Art. 13	08/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 72/2016	Zeze Perrella	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 73/2016	Fernando Collor	Art. 13	10/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 74/2016	Omar Aziz	Art. 13	De 15/03/2016 a 17/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 75/2016	Valdir Raupp	Art. 13	15/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 76/2016	Vicentinho Alves	Art. 13	De 15/03/2016 a 17/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 77/2016	Douglas Cintra	Art. 13	16/02/2016 e 18/02/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 78/2016	Zeze Perrella	Art. 13	25/02/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 79/2016	Telmário Mota	Art. 13	15/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 80/2016	Dário Berger	Art. 43, I	De 14/03/2016 a 18/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 81/2016	Paulo Paim	Art. 13	17/03/2016, 22/03/2016 e 23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 82/2016	Aloysio Nunes Ferreira	Art. 43, I	De 17/03/2016 a 27/03/2016	Licença saúde.

**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 72**

<b>Requerimento</b>	<b>Parlamentar</b>	<b>RISF</b>	<b>Período</b>	<b>Finalidade</b>
RQM nº 83/2016	Romero Jucá	Art. 13	17/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 84/2016	Douglas Cintra	Art. 13	17/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 85/2016	Blairo Maggi	Art. 13	22/03/2016 e 23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 86/2016	Delcídio do Amaral	Art. 43, I	De 23/03/2016 a 06/04/2016	Licença saúde.
RQM nº 87/2016	Benedito de Lira	Art. 13	De 22/03/2016 a 24/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 88/2016	Douglas Cintra	Art. 13	22/03/2016 e 23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 89/2016	Jader Barbalho	Art. 43, II	22/03/2016 e 23/03/2016	Licença Particular.
RQM nº 90/2016	Zeze Perrella	Art. 13	15/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 91/2016	Zeze Perrella	Art. 43, I	De 16/03/2016 a 25/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 92/2016	Cristovam Buarque	Art. 13	29/03/2016	Atividade parlamentar. Participar, como membro, de reunião do Conselho de Administração do Grupo Santillana de Edições, S.L., em Madri, Espanha.
RQM nº 93/2016	Telmário Mota	Art. 13	22/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 94/2016	Sandra Braga	Art. 13	23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 96/2016	Humberto Costa	Art. 13	23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 97/2016	Valdir Raupp	Art. 13	23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 98/2016	Ataídes Oliveira	Art. 13	23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 99/2016	Gladson Cameli	Art. 13	23/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 100/2016	Edison Lobão	Art. 43, II	23/03/2016	Licença Particular.
RQM nº 102/2016	Eduardo Amorim	Art. 43, I	De 21/03/2016 a 23/03/2016	Licença saúde.
RQM nº 103/2016	Otto Alencar	Art. 13	De 29/03/2016 a 31/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 104/2016	Sandra Braga	Art. 13	29/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 105/2016	Marcelo Crivella	Art. 13	31/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 106/2016	Sandra Braga	Art. 13	30/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 107/2016	Lídice da Mata	Art. 13	31/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 108/2016	João Capiberibe	Art. 13	31/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 109/2016	Acir Gurgacz	Art. 43, II	De 01/04/2016 a 15/04/2016	Licença Particular.
RQM nº 110/2016	Jader Barbalho	Art. 43, II	29/03/2016	Licença Particular.
RQM nº 111/2016	Zeze Perrella	Art. 13	29/03/2016 e 30/03/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 112/2016	Douglas Cintra	Art. 13	31/03/2016	Atividade parlamentar.

**Requerimentos de Missão Sem Ônus. Total: 6**

<b>Requerimento</b>	<b>Parlamentar</b>	<b>RISF</b>	<b>Período</b>	<b>Finalidade</b>
RQM nº 55/2016	José Maranhão	art. 40, § 1º	07/03/2016	Representar o Senado Federal, sem ônus para a Casa, por ocasião da posse do Desembargador José Aurélio da Cruz, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em João Pessoa -PB
RQM nº 58/2016	Hélio José	art. 40, § 1º	De 18/03/2016 a 29/03/2016	Participar do Programa de Intercâmbio Parlamentar do Japão-América Latina e Caribe, a realizar-se no Japão.
RQM nº 61/2016	Aécio Neves	art. 40, § 1º	De 29/03/2016 a 31/03/2016	Participar, sem ônus para o Senado Federal, como palestrante no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.
RQM nº 66/2016	Jorge Viana	art. 40, § 1º	De 29/03/2016 a 31/03/2016	Participar, sem ônus para o Senado Federal, como palestrante no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.
RQM nº 95/2016	José Serra	art. 40, § 1º	De 25/03/2016 a 01/04/2016	Participar, sem ônus para o Senado Federal, como palestrante no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.
RQM nº 101/2016	Aécio Neves	art. 40, § 1º	De 29/03/2016 a 01/04/2016	Participar, sem ônus para o Senado Federal, como palestrante no IV Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.

## B - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

### Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 01 a 31/03/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Solene	2
<b>Total de sessões realizadas</b>	<b>2</b>

### Quadro Geral de Matérias 01 a 31/03/2016

	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## Resenha Consolidada

### Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 02/02 a 31/03/2016

Tipo da sessão	Quantidade
Sessão Solene	5
<b>Total de sessões realizadas</b>	<b>5</b>

### Quadro Geral de Matérias 02/02 a 31/03/2016

	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>



## Matérias apreciadas pelo Congresso Nacional 01 a 31/03/2016

**Matéria: Medida Provisória. Total: 1**

### **1. Ao arquivo. Total: 1**

**Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso. Total: 1**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Autor</b>	<b>Data da decisão</b>
MPV 694/2015	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei.	Presidente da República	09/03/2016

## B.1 – Comissões Mistas Permanentes

### B.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

#### Resenha 01 a 31/03/2016

#### Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Eleição	-
Não Deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	5
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
<b>Total</b>	<b>7</b>

#### Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	6	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>-</b>

## Tramitação de Proposições

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
<b>Projetos de Lei CN (PLN)</b>					
<b>Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário</b>	<b>4</b>				
<b>Avisos CN (AVN)</b>					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias					
<b>Mensagens CN (MCN)</b>					
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias					
<b>Ofícios CN (OFN)</b>					
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias					
<b>Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)</b>					
<b>Proposições SF</b>					
<b>Requerimentos CMO (RCMO)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			
<b>Emendas</b>	<b>61</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>1</b>			

## Resenha Consolidada

02/02/2016 a 31/03/2016

### Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Eleição	-
Não Deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	6
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
<b>Total</b>	<b>8</b>

### Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	7	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

## Tramitação de Proposições

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
<b>Projetos de Lei CN (PLN)</b>					
<b>Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário</b>	<b>4</b>				
<b>Avisos CN (AVN)</b>					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU					
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias					
<b>Mensagens CN (MCN)</b>					
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias					
<b>Ofícios CN (OFN)</b>					
- Prestação de Contas					
- Outras Matérias					
<b>Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)</b>					
<b>Proposições SF</b>					
<b>Requerimentos CMO (RCMO)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>			
<b>Emendas</b>	<b>61</b>				
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>1</b>			

## B.1.2 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

01 a 31/03/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências Públicas	1
Instalação	1
<b>Total</b>	<b>2</b>

02/02 a 31/03/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	1
Deliberativa	0
Audiências Públicas	1
<b>Total</b>	<b>2</b>

Requerimentos Aprovados
1

## B.1.3 – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI

01 a 31/03/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

02/02 a 31/03/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	0
Audiências	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

Requerimentos Aprovados
00

## B.1.4 – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher - CMCVM

01 a 31/03/2016

Tipo de Reunião	Quantidade
Deliberativa	1
Audiências Públicas	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**02/02 a 31/03/2016**

<b>Tipo de Reunião</b>	<b>Quantidade</b>
Deliberativa	1
Audiências Públicas	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

<b>Requerimentos Aprovados</b>
<b>0</b>

**B.1.5 – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CMCPLP**

*\*Colegiado aguardando instalação*

**B.2 – Comissões Mistas de Medida Provisória**

**01 a 31/03/2016**

<b>MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>	<b>EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)</b>	<b>REUNIÕES REALIZADAS</b>	<b>PARECERES PROFERIDOS</b>
<b>MPV 698/2015</b>	18	1	1
<b>MPV 699/2015</b>	83	1	1
<b>MPV 700/2015</b>	72	-	-
<b>MPV 701/2015</b>	20	1	-
<b>MPV 703/2015</b>	159	-	-
<b>MPV 704/2015</b>	10	-	-
<b>MPV 705/2015</b>	28	1	-
<b>MPV 706/2015</b>	19	-	-
<b>MPV 707/2015</b>	93	3	-
<b>MPV 708/2015</b>	14	1	-
<b>MPV 712/2016</b>	108	4	-
<b>MPV 713/2016</b>	70	1	-
<b>MPV 714/2016</b>	44	1	-
<b>MPV 717/2016</b>	04	-	-
<b>MPV 718/2016</b>	08	1	-
<b>MPV 719/2016*</b>	-	-	-
<b>MPV 720/2016*</b>	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>750</b>	<b>15</b>	<b>2</b>

\* Medidas Provisórias com prazo para recebimento de emendas até 05/04/2016.

## B.3 – Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

### Resenha Consolidada 02/02 a 31/03/2016

Não houve atividades de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito nos meses de fevereiro e março de 2016.

## B.4 – Comissões Temporárias Mistas

### Reuniões realizadas por Comissões Temporárias Mistas em julho de 2015

REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>

### Resenha Consolidada 02/02 a 31/03/2016

#### COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS

Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
CONSOLIDAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 01/15	2015	1								
	2016	1								
	Total	1								



**02/02 a 31/03/2016**

<b>MEDIDAS PROVISÓRIAS</b>	<b>EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)</b>	<b>REUNIÕES REALIZADAS</b>	<b>PARECERES PROFERIDOS</b>
<b>MPV 689/2015</b>	63	-	-
<b>MPV 693/2015</b>	53	1	1
<b>MPV 694/2015</b>	109	1	1
<b>MPV 698/2015</b>	18	2	1
<b>MPV 699/2015</b>	83	-	1
<b>MPV 700/2015</b>	72	1	-
<b>MPV 701/2015</b>	20	2	-
<b>MPV 703/2015</b>	159	1	-
<b>MPV 704/2015</b>	10	1	-
<b>MPV 705/2015</b>	28	2	-
<b>MPV 706/2015</b>	19	1	-
<b>MPV 707/2015</b>	93	4	-
<b>MPV 708/2015</b>	14	2	-
<b>MPV 712/2016</b>	108	5	-
<b>MPV 713/2016</b>	70	1	-
<b>MPV 714/2016</b>	44	1	-
<b>MPV 717/2016</b>	04	-	-
<b>MPV 718/2016</b>	08	1	-
<b>MPV 719/2016*</b>	-	-	-
<b>MPV 720/2016*</b>	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>975</b>	<b>26</b>	<b>4</b>

\* Medidas Provisórias com prazo para recebimento de emendas até 05/04/2016.

<b>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS</b>	
<b>MPV 698/2015</b>	01
<b>MPV 701/2015</b>	01
<b>MPV 705/2015</b>	01
<b>MPV 707/2015</b>	03
<b>MPV 708/2015</b>	01
<b>MPV 712/2016</b>	03
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

## C - SECRETARIA DE COMISSÕES

### C.1 - Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

#### Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas

**01 a 31/03/2016**

#### Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	14
Extraordinária	58
Reunião de Subcomissão	3
<b>Total</b>	<b>75</b>

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	Ordinária	Extraordinária	Participações em Reuniões Conjuntas (*)	Total (**)
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	5	0	0	5
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	6	0	6
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	5	0	0	5
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	0	11	0	11
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	0	3	0	3
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	15	0	15
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	4	0	0	4
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	5	0	5
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	2	0	2
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	5	0	5
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	6	0	6
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	1	0	1
Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	0	4	0	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>58</b>		

(\*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

(\*\*) O número inclui a participação dessas Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	Reunião	Participação em Reunião Conjunta	Total
Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS (CMA)	2	-	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA (CI)	1	-	1
<b>Total</b>	<b>3</b>		

(\*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	Comissões e Subcomissões
<b>Total de Reuniões Conjuntas = 0</b>	

## Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	2	2
	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	1	1
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	6	6
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	9	9
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	2	2
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	2	2
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	1	1
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	4	4
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	1	1
	Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	1	1
	<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>29</b>
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	1	1
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>30</b>



Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

## Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	Total
PEC			6									6
PLC		7	5	7	3						2	24
PLS	10	18	11	10	6			1			6	62
SCD								1			1	2
PDS			3				2				64	69
PRS			1									1
MSF	1		2				5	4				12
OFS			1						1		7	9
RQS			1				1					2
Emendas de Plenário	1	1	1									3
AVS					2							2
AVE	2											2
AMA					1							1
SUG						2						2
PFS					1							1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>26</b>	<b>31</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		<b>80</b>	<b>198</b>

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	Decisão Terminativa	Decisão Não Terminativa
PEC		6
PLC	1	23
PLS	33	29
SCD		2
PDS	64	5
PRS		1
MSF		12
OFS	1	8
RQS		2
Emendas de Plenário		3
AVS		2
AVE		2
AMA		1
SUG		2
PFS		1
Total	99	99

## Requerimentos Apreciados(\*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	CTG	Total
3	7	7	6	5	18	10	10	1	8	5	6	6	92

(\*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário".

Resultado	
Aprovado	81
Prejudicado	7
Rejeitado	3
Retirado pelo autor	1

## Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Projeto de Lei do Senado	1
Projeto de Resolução do Senado	3
Requerimento	20
<b>Total</b>	<b>24</b>

## Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas 02/02 a 31/03/2016

### Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	20
Extraordinária	89
Reunião de Subcomissão	4
Conjunta	1
<b>Total</b>	<b>114</b>

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	Ordinária	Extraordinária	Participações em Reuniões Conjuntas (*)	Total
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	7	0	0	7
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	10	0	10
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	7	0	0	7
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	0	16	0	16
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	0	5	0	5
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	24	0	24
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	6	0	0	6
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	7	0	7
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	4	0	4
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	7	1	8
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	8	0	8
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	2	1	3
Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	0	6	0	6
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>89</b>		

(\*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	Reunião	Participação em Reunião Conjunta	Total
Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS (CMA)	2	-	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA (CI)	2	-	2
<b>Total</b>	<b>4</b>		

(\*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	Comissões e Subcomissões
1	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
	Comissão Senado do Futuro - CSF
<b>Total de Reuniões Conjuntas = 1</b>	



## Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	2	2
	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	1	1
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	9	9
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	14	14
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	3	3
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	2	2
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	1	1
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	6	6
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	2	2
	Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG	2	2
	Total	42	42
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	2	2
	Total	2	2
Total		44	44



Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas			
Comissões e Subcomissões		Número da Reunião	Número da Reunião Conjunta
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA		2ª	1
Comissão Senado do Futuro - CSF		2ª	
Total Geral			45



## Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CCT	Total
PEC			12								12
PLC	1	8	9	11	5	1		1	1	3	40
PLS	14	21	14	16	7	2		4		7	85
SCD				2				1		1	4
PDS			3				2			105	110
PRS	1		1				3				5
MSF	5		3				6	4			18
OFS			1						1	7	9
RQS			1				4				5
Emendas de Plenário	1	1	2								4
AVS					2						2
AVE	2										2
AMA					2						2
SUG						2					2
ECD		1	1								2
PFS					1						1
INS							1				1
Total	24	31	47	29	17	5	16	10	2	123	304

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	Decisão Terminativa	Decisão Não Terminativa
PEC	-	12
PLC	1	39
PLS	38	47
SCD	-	4
PDS	105	5
PRS	-	5
MSF	-	18
OFS	1	8
RQS	-	5
Emendas de Plenário	-	4
AVS	-	2
AVE	-	2
AMA	-	2
SUG	-	2
ECD	-	2
PFS	-	1
INS	-	1
Total	145	159

## Requerimentos Apreciados (\*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	CTG	Total
4	9	9	17	9	35	15	16	7	19	10	7	6	163

(\*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário"

Resultado	
Aprovado	147
Prejudicado	8
Rejeitado	5
Retirado pelo autor	3

## Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Projeto de Decreto Legislativo	4
Projeto de Lei do Senado	1
Projeto de Resolução do Senado	3
Requerimento	41
<b>Total</b>	<b>49</b>

## Audiências Públicas

01 a 31/03/2016

## Audiências Públicas - Comissões Permanentes

## Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

## 6ª Reunião, Ordinária, em 22/03/2016

**Finalidade:**

Discutir os seguintes temas:

1. Em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária;
2. Em atendimento ao RQE nº 1/2016, apresentar os argumentos que justificam a manutenção da taxa de juros em 14,25%, após diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica.

**Requerimento(s):**

RQE 1/2016 Autoria: Senador(a) Flexa Ribeiro

**Participante(s):**

Alexandre Tombini -

Presidente do Banco Central

## 7ª Reunião, Ordinária, em 29/03/2016

**Finalidade:**

1. Discutir as diretrizes e perspectivas da política econômica brasileira;
2. Em atendimento ao RQE nº 4 de 2016, "explicar o processo de deterioração fiscal que o país vive e quais são as medidas que o governo federal pretende adotar para estabilizar a trajetória ascendente de endividamento do setor público".

**Requerimento(s):**

RQE 4/2016 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

**Participante(s):**

Nelson Barbosa -

Ministro de Estado da Fazenda

**Comissão de Assuntos Sociais - CAS****6ª Reunião, Extraordinária, em 09/03/2016****Finalidade:**

Instruir o PLS nº 727, de 2015, que "altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro."

**Requerimento(s):**

RAS 1/2016 Autoria: Senador(a) Humberto Costa

RAS 2/2016 Autoria: Senador(a) Ana Amélia

**Participante(s):**

Antônio Britto -

Presidente-Executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Clarice Petramale -

Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

Jarbas Barbosa da Silva Junior -

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

José Serra -

Senador

**Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE****7ª Reunião, Extraordinária, em 02/03/2016****Finalidade:**

Debater a Base Nacional Comum Curricular

**Requerimento(s):**

RCE 11/2016 Autoria: Senador(a) Fernando Bezerra Coelho

**Participante(s):**

João Batista Araujo e Oliveira -

Presidente do Instituto Alfa e Beto - IAB

**Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE****9ª Reunião, Extraordinária, em 09/03/2016****Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2014, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para instituir a escola de tempo integral no ensino fundamental”.

**Requerimento(s):**

RCE 115/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

RCE 116/2015 Autoria: Senador(a) Fátima Bezerra

RCE 117/2015 Autoria: Senador(a) Dário Berger

RCE 118/2015 Autoria: Senador(a) Ana Amélia

RCE 139/2015 Autoria: Senador(a) Romário

**Participante(s):**

Alejandra Meraz Velasco -

Catarina de Almeida Santos -

Danilo de Melo Souza -

Iolanda Barsosa da Silva -

Leandro da Costa Fialho -

Lirani Maria Franco -

Paulo Dutra -

Wilson Matos -

Superintendente do Movimento Todos pela Educação  
Integrante do Comitê do Distrito Federal da Campanha  
Nacional pelo Direito à Educação

Secretário Municipal de Educação de Palmas-TO

Dirigente Municipal de Educação de Campina Grande/  
PB da União Nacional dos Dirigentes Municipais de  
Educação - Undime

Coordenador-Geral de Educação Integral da Secretaria  
de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC

Secretária Executiva da Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação - CNTE

Secretário Executivo de Educação Profissional de  
Pernambuco do Conselho Nacional de Secretários de  
Educação - Consed

Reitor do Centro Universitário Cesumar - Unicesumar

**11ª Reunião, Extraordinária, em 16/03/2016****Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2013, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)".

**Requerimento(s):**

RCE 146/2015 Autoria: Senador(a) Regina Sousa

**Participante(s):**

Marcos Toscano Siebra Brito -

Osório Coelho -

Renê de Lima Barbosa -

Volnei Canônica -

Coordenador-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais do  
Ministério da Educação - MEC

Diretor do Departamento de Ações Regionais para  
Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e  
Inovação - MCTI

Diretor de Tecnologia do Fundo Nacional de  
Desenvolvimento da Educação - FNDE

Diretor da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e  
Biblioteca do Ministério da Cultura - Minc

**Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE****14ª Reunião, Extraordinária, em 30/03/2016****Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".

**Requerimento(s):**

RCE 2/2016 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

RCE 24/2015 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

RCE 35/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RCE 44/2015 Autoria: Senador(a) Lídice da Mata

RCE 49/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RCE 65/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

RCE 73/2015 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

**Participante(s):**

Luís Fernando Farah de Tófoli -

Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas  
- Unicamp

Ronaldo Laranjeira -

Professor da Universidade Federal de São Paulo -  
Unifesp

Sérgio de Paula Ramos -

Médico Psiquiatra Especialista em Álcool e Drogas

**15ª Reunião, Extraordinária, em 30/03/2016****Finalidade:**

Expor o Processo de Elaboração da Base Curricular na Austrália e Analisar a Elaboração da Base Nacional Comum Curricular do Brasil.

**Requerimento(s):**

RCE 16/2016 Autoria: Senador(a) Fátima Bezerra

**Participante(s):**

Phil Lambert -

Diretor-Geral da Australian Curriculum, Assessment and  
Reporting Authority - ACARA

Ricardo Cardozo -

Coordenador-Geral de Ensino Médio da Secretaria de  
Educação básica do Ministério da Educação - SEB/MEC



**Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE****16ª Reunião, Extraordinária, em 31/03/2016****Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".

**Requerimento(s):**

RCE 2/2016 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

RCE 24/2015 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

RCE 35/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RCE 44/2015 Autoria: Senador(a) Lídice da Mata

RCE 49/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RCE 65/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

RCE 73/2015 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

**Participante(s):**

Emílio Figueiredo -

Leandro da Costa Fialho -

Mauro Leno -

Sérgio Vidal -

Valencius Wurch Duarte Filho -

Consultor Jurídico da Growroom

Coordenador-Geral de Educação Integral do Ministério da Educação - MEC

Sócio-Diretor da Revista SemSemente

Presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal - AMEMM

Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde - MS

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****11ª Reunião, Extraordinária, em 03/03/2016****Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno".

**Requerimento(s):**

RDH 114/2015 Autoria: Senador(a) José Medeiros

**Participante(s):**

Fernanda Monteiro -

João Aprigio Guerra de Almeida -

Miriam Oliveira dos Santos -

Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde

Coordenador da Rede Ibero Americana de Bancos de Leite e da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano

Coordenação de Aleitamento Materno da Secretaria de Saúde do DF

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****12ª Reunião, Extraordinária, em 07/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "A privatização do sistema prisional brasileiro".

**Requerimento(s):**

RDH 3/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Alamiro Velludo Salvador Netto -	Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP
Bruno Shimizu -	Defensor Público - Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
Carlos Alves Moura -	Representante da Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB
Cintia Rangel Assumpção -	Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB
Eduardo Galduróz -	Juiz de Direito - Secretário do Conselho Executivo da Associação de Juízes pela Democracia - AJD
Leandro Allan Vieira -	Presidente da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários - FEBRASP
Luciana Zaffalon -	Supervisora de Atuação Política do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM
Paulo Cesar Malvezzi Filho -	Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária
Pétalla Brandão Timo -	Representante da Conectas Direitos Humanos
Renato Campos Pinto De Vitto -	Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Vilobaldo Adelidio de Carvalho -	Representante da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários – FENASPEN

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****13ª Reunião, Extraordinária, em 07/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "A luta pelos direitos das mulheres".

**Requerimento(s):**

RDH 7/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Aparecida Gonçalves -

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Célia Sacramento -

Vice-Prefeita de Salvador-BA

Cintia Rangel Assumpção -

Diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB

Edevirges Oliveira -

Representante da Força Sindical -DF

Eurídice Ferreira de Almeida -

Coordenação Mulher Trabalhadora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em Instituições de Ensino Superior do Brasil - FASUBRA

Gláucia Morelli -

Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil

Ivanilda Reis -

Coordenação Mulher Trabalhadora da FASUBRA

Junéia Martins Batista -

Presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos

Léia Oliveira -

Coordenação Geral Mulher Trabalhadora da FASUBRA

Marcela Cristina Andrade de Azevedo -

Representante do Movimento Mulheres em Luta da FASUBRA

Maria José Santos Da Silva -

Diretora de Finanças da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD

Maria Pimentel -

Secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB

Mariara Cruz -

Diretora da UNE

**15ª Reunião, Extraordinária, em 08/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "O Avanço das Políticas Públicas nas Ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres".

**Requerimento(s):**

RDH 1/2016 Autoria: Senador(a) Regina Sousa

**Participante(s):**

Aparecida Gonçalves -

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Eline Jonas -

Socióloga, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia - representante da União Brasileira de Mulheres / UBM

Francisco de Jesus Lima -

Promotor de Justiça em Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Piauí

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****17ª Reunião, Extraordinária, em 14/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "A regulamentação da profissão de Salva-Vidas".

**Requerimento(s):**

RDH 178/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Alexandre Braga de Oliveira -	Presidente da Cooperativa de Trabalho Especializada em Salvamento Aquático, Manutenção e Tratamento de Águas de Piscinas - COOPERSALVA
Carla Janaína Romão Pereira Dias -	Presidente da Associação Mineira de Salva-Vidas Civis - AMISVIC
David Szpilman -	Coordenador da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático - SOBRASA
Gustavo França Borges -	Representante da Associação Brasileira de Academias - ACAD Brasil
Lúcio Rogério Gomes dos Santos -	Conselheiro Federal dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física Sistema CONFEF/CREF's
Marco Montemezzo -	Presidente da Associação Brasileira de Salva-Vidas Civis - ABRASVIC
Maria Zileuma Moura Rodrigues de Oliveira -	Diretora da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo
Nelson Pellegrino -	Deputado Federal - Autor do PLC 42 de 2013
Nilva Schroeder -	Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
Pedro Barretto Ribeiro -	Presidente da Associação Baiana de Salvamento Aquático - ABASA
Pérsio Prestes Nóbrega -	Presidente da Associação dos Profissionais do Salvamento Aquático de Santa Catarina - APSASC
Rafael Lins Mendes de Lima -	Presidente da Academia Pernambucana de Salva-Vidas Civis - APSA/ASPERSVIC
Rufino Rodrigues de Oliveira -	Presidente da Associação dos Salva-Vidas do Estado de São Paulo - ASVESP
Sebastião Vieira Caixeta -	Procurador do Trabalho - Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****19ª Reunião, Extraordinária, em 17/03/2016****Finalidade:**

Lançar o Livro com o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, CCV – Violação de Direitos no Campo 1946-1988.

**Requerimento(s):**

RDH 9/2016 Autoria: Senador(a) João Capiberibe

**Participante(s):**

Antônio Canuto -

Cléa Anice Porto -

Gilney Viana -

Regina Coelly Saraiva Fernandes -

Rosângela Piovizani Cordeiro -

Representante da Comissão Pastoral da Terra - CPT

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG

Representante da Universidade Federal do Mato Grosso

Representante da Universidade de Brasília - UnB

Representante do Movimento de Mulheres Camponesas - Via Campesina

**20ª Reunião, Extraordinária, em 21/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "O Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial".

**Requerimento(s):**

RDH 30/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Alexandre Peña Ghisleni -

Anderson Quack -

Dandara Baçã -

Janaina Bittencourt -

Luciana Ramos -

Melillo Nascimento -

Rafael Moreira -

Thiago de Oliveira Sampaio da Silva -

Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais - Ministério das Relações Exteriores

Diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares

Membro do Movimento Negro Unificado – MNU

Coordenadora de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal

Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Advogado e Integrante do Grupo de Trabalho Jurídico da Casa de Oxumaré

Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno

Presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente - MOA

**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH****21ª Reunião, Extraordinária, em 28/03/2016****Finalidade:**

Debater sobre: "O resultado do processo de inclusão nos bancos".

**Requerimento(s):**

RDH 28/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Alessandro Santos de Miranda -

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

Frei David Santos -

Diretor Executivo da EDUCAFRO

José Roberto Santana Silva -

Dirigente Sindical – representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF

Mario Theodoro -

Consultor Legislativo do Senado Federal

**24ª Reunião, Extraordinária, em 31/03/2016****Finalidade:**

"Celebrar o Dia Internacional do Autismo e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias".

**Requerimento(s):**

RDH 20/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

**Participante(s):**

Adriana Monteiro -

Mãe de Autista - Advogada, especialista em autismo e Presidente da Comissão de Defesa dos Autistas da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Alisson Barboza Azevedo -

Assessor na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Ana Paula Beserra -

Mãe de Autista - Professora e Diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB

Joanicele Brito -

Psicóloga, especialista em Autismo no Método Son Rise e Coordenadora do Programa Autismo & Família

Lenilson Custódio -

Administrador, especialista em Orçamento Público voltado para a causa das pessoas com Deficiência e Autismo

Marisa Cordeiro -

Mãe de Autista - Psicóloga e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal - AMA/DF

Maurício Vianna -

Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde

Suzana Brainer -

Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos sistemas de Ensino da SECADI -Ministério da Educação - MEC

Vera Mendes -

Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde

Vinicius Mariano -

Pai de Autista - Delegado representante do Autismo na Conferência Nacional para as Pessoas com Deficiência

Viviani Guimarães -

Mãe de Autista - Escritora sobre Autismo, formada em letras, especialista em avaliação e Psicopedagogia

**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE****4ª Reunião, Ordinária, em 10/03/2016****Finalidade:**

Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China.

**Requerimento(s):**

RRE 12/2016 Autoria: Senador(a) Aloysio Nunes Ferreira

RRE 39/2015 Autoria: Senador(a) Gleisi Hoffmann

RRE 76/2015 Autoria: Senador(a) Aloysio Nunes Ferreira

**Participante(s):**

José Alfredo Graça Lima -

Subsecretário-Geral para Ásia, Oceania e BRICS do  
Ministério das Relações Exteriores

Larissa Wachholz -

Sócia Diretora, Vallya Negócios e Investimentos

Roger Agnelli -

Presidente da AGN Participações

Sérgio Silva do Amaral -

Presidente Emérito do Conselho Empresarial Brasil  
China

**6ª Reunião, Ordinária, em 31/03/2016****Finalidade:**

Audiência Pública para debater a situação no Grande Oriente Médio, suas consequências sobre a ordem mundial e sua incidência na política externa do Brasil, em atendimento aos Requerimentos nº 42/2015 e nº 9/2016.

**Requerimento(s):**

RRE 42/2015 Autoria: Senador(a) Gleisi Hoffmann

RRE 9/2016 Autoria: Senador(a) Aloysio Nunes Ferreira

**Participante(s):**

Arlene Elizabeth Clemesha -

Professora de História Árabe do curso de árabe da  
Universidade de São Paulo - USP

Fernando José Marroni de Abreu -

Subsecretário-Geral Político III do Ministério das  
Relações Exteriores

Hussein Kalout -

Professor da Universidade de Harvard

**Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI****5ª Reunião, Extraordinária, em 16/03/2016****Finalidade:**

Discutir a concessão da BR-163, no trecho Sinop (MT) - Miritituba (PA) - Santarém (PA), com especial atenção à questão tarifária.

**Requerimento(s):**

RQI 10/2016 Autoria: Senador(a) Wellington Fagundes

RQI 1/2016 Autoria: Senador(a) Wellington Fagundes

RQI 8/2016 Autoria: Senador(a) Paulo Rocha

**Participante(s):**

Diógenes Alvares -

Gerente da Área de Estruturação de Negócios da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

Edeon Vaz Ferreira -

Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso; Diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso – Aprosoja; Membro do Instituto Brasil Logística – IBL

Marcelo Bruto da Costa Correia -

Assessor Especial do Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Natália Marcassa de Souza -

Secretária Executiva do Ministério dos Transportes

Ricardo Pinheiro -

Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR

**7ª Reunião, Extraordinária, em 30/03/2016****Finalidade:**

Debater a reconstrução da BR - 319, trecho Porto Velho-RO - Manaus-AM.

**Requerimento(s):**

RQI 11/2016 Autoria: Senador(a) Acir Gurgacz

RQI 5/2016 Autoria: Senador(a) Acir Gurgacz

RQI 6/2016 Autoria: Senador(a) Vanessa Grazziotin

**Participante(s):**

Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves -

General de Brigada Combatente; Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva

Marilene Ramos -

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Valter Casimiro Silveira -

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT



**Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR****4ª Reunião, Extraordinária, em 30/03/2016****Finalidade:**

Debater a implementação da Zona Franca Verde.

**Requerimento(s):**

RDR 1/2016 Autoria: Senador(a) Randolfe Rodrigues

**Participante(s):**

Davi Alcolumbre -

Senador - Bancada do Amapá

Gladson Cameli -

Senador - Bancada do Acre

João Capiberibe -

Senador - Bancada do Amapá

Randolfe Rodrigues -

Senador - Bancada do Amapá

Rebecca Martins Garcia -

Superintendente da Zona Franca de Manaus - Suframa

Rogério Martins Campos -

Diretor-presidente da Fundação Estadual de Meio-ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH)

Vanessa Grazziotin -

Senadora - Bancada do Amazonas

**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA****4ª Reunião, Extraordinária, em 03/03/2016****Finalidade:**

Apresentação das diretrizes e programas prioritários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o ano de 2016.

**Requerimento(s):**

RRA 1/2016 Autoria: Senador(a) Ana Amélia

**Participante(s):**

André Nassar -

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Kátia Abreu -

Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Luís Rangel -

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Mila Jaber -

Secretária Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Tatiana Palermo -

Secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA****5ª Reunião, Extraordinária, em 10/03/2016****Finalidade:**

Instruir os Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos

**Requerimento(s):**

RRA 3/2016 Autoria: Senador(a) Lasier Martins

RRA 85/2015 Autoria: Senador(a) Acir Gurgacz

**Participante(s):**

Alexandre Seabra Resende -

Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS

Ana Cristina Corrêa Guedes Barros -

Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio - SESC

Antônio Reginaldo Costa Moreira -

Presidente da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN

Cassia Bianca Lebrão Cavalari Ferreira -

Gerente Jurídico da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA

Gustavo Chianca -

Assistente do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura no Brasil – FAO Brasil

Marcelo Henrique Correia Bezerra -

Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Thalita Antony de Souza Lima -

Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

**6ª Reunião, Extraordinária, em 17/03/2016****Finalidade:**

Debater a questão dos Javalis Europeus no País.

**Requerimento(s):**

RRA 14/2016 Autoria: Senador(a) Dário Berger

RRA 83/2015 Autoria: Senador(a) Dário Berger

**Participante(s):**

João Pimenta -

Procurador Jurídico da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA)

João Riograndense -

Coordenador-Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Rafael Salerno -

Coordenador da Rede Aqui Tem Javali

Ugo Eichler Vercillo -

Diretor do Departamento de Espécies da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA****8ª Reunião, Extraordinária, em 31/03/2016****Finalidade:**

Debater e acompanhar a implantação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) pelos estados, previstos no Artigo 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

**Requerimento(s):**

RRA 60/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

**Participante(s):**

Eugênio Spengler -

Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)

Raimundo Deusdará Filho -

Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Rodrigo Justus de Brito -

Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

**Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT****8ª Reunião, Extraordinária, em 29/03/2016****Finalidade:**

Audiência Pública destinada a debater o tema "Agenda e Prioridades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o ano de 2016".

**Requerimento(s):**

RCT 2/2016 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

**Participante(s):**

Celso Pansera -

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

**Comissão de Transparência e Governança Pública - CTG****5ª Reunião, Extraordinária, em 15/03/2016****Finalidade:**

Debater a transparência e o funcionamento das Agências Reguladoras Federais.

**Participante(s):**

Jarbas Barbosa da Silva Júnior -

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

João Batista de Rezende -

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

José Carlos de Souza Abrahão -

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Rafael dos Santos -

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Thiago Cardoso Henriques Botelho -

Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais - ANER

## Audiências Públicas - Subcomissões

## Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA

## 2ª Reunião, em 01/03/2016

**Finalidade:**

Discutir o atual contexto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) para a competitividade da indústria mineral brasileira.

**Participante(s):**

Carlos Pedroza de Andrade -	Advogado da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM
Elmer Prata Salomão -	Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral - ABPM
Fernando Luiz Zancan -	Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral - ABCM
Fernando Mendes Valverde -	Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção - ANEPAC
José Fernando Coura -	Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM
José Otávio Carneiro de Carvalho -	Presidente do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC
Milton Rego -	Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio - ABAL
Natel Henrique Farias de Moraes -	Presidente Eleito da Associação Nacional da Indústria Cerâmica - ANICER
Reinaldo Dantas Sampaio -	Presidente da Associação Brasileira da Indústria de
Rochas	Ornamentais - ABIROCHAS

## Matérias Apreciadas

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PEC 13/2015	Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal, para nele inserir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/03/2016	Não
PEC 38/2015	Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/03/2016	Não
PEC 58/2015	Altera o § 9º do art. 144 da Constituição Federal, para instituir adicional de periculosidade para os servidores policiais.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	30/03/2016	Não
PEC 159/2015	Altera o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/03/2016	Não
PEC 162/2015	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	30/03/2016	Não
PEC 3/2016	Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro, em extinção, da administração pública federal, da pessoa que haja mantido vínculo ou relação de trabalho, empregatícia, estatutária ou funcional, com o Estado ou o ex-Território do Amapá ou o de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, sem prejuízo das demais providências dadas.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	09/03/2016	Não

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLC 160/2009	Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	16/03/2016	Não
PLC 101/2012	Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	02/03/2016	Não
PLC 101/2012	Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	30/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Lei da Câmara**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLC 105/2013	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	30/03/2016	Não
PLC 38/2014	Dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	16/03/2016	Não
PLC 94/2014	Altera o art. 16 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	30/03/2016	Não
PLC 8/2015	Fica instituído o Dia Nacional da Astronomia, a ser celebrado anualmente no dia 2 de dezembro.	Aprovado o parecer favorável.	CE	15/03/2016	Não
PLC 18/2015	Disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	02/03/2016	Não
PLC 131/2015	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.	Aprovado o parecer favorável.	CMA	29/03/2016	Não
PLC 133/2015	Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	16/03/2016	Não
PLC 135/2015	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	29/03/2016	Não
PLC 142/2015	Dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	29/03/2016	Não
PLC 158/2015	Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos desportivos, paradesportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas, financiados com recursos públicos federais.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	22/03/2016	Não
PLC 175/2015	Confere ao Município de Castro, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Leite.	Aprovado o parecer favorável.	CE	22/03/2016	Não
PLC 179/2015	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	16/03/2016	Não
PLC 182/2015	Denomina Viaduto Vereador Ângelo Baccin o viaduto construído no km 489 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.	Aprovado o parecer favorável.	CE	29/03/2016	Não
PLC 189/2015	Denomina Viaduto Astésia de Moraes Batista o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, Estado de São Paulo.	Aprovado o parecer favorável.	CE	29/03/2016	Não
PLC 192/2015	Confere o título de Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores à cidade de Laguna, no Estado de Santa Catarina.	Aprovado o parecer favorável.	CE	01/03/2016	Não
PLC 211/2015	Institui o Dia Nacional do Psicólogo.	Aprovado o parecer favorável.	CE	01/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Lei da Câmara**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLC 1/2016	Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/03/2016	Não
PLC 2/2016	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	22/03/2016	Não
PLC 2/2016	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil; e altera as Leis nºs 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	30/03/2016	Não
PLC 3/2016	Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	17/03/2016	Não
PLC 3/2016	Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	15/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 721/2007	Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, destinado às empresas dos setores de beneficiamento de couros e dá outras providências.	Prejudicado o projeto.	CAE	01/03/2016	Sim
PLS 125/2010	Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.	Substitutivo aprovado com emendas em turno suplementar.	CI	02/03/2016	Sim
PLS 180/2010	Acrescenta o art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a exigência de instalação de hidrômetro distinto para medir a água que será utilizada em estabelecimento e que não será lançada na rede coletora de esgoto.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CAE	15/03/2016	Não
PLS 263/2010	Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher.	Rejeitado o projeto.	CCJ	16/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 476/2011	Estabelece medida cautelar de interesse público de suspensão das atividades de estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração, entre outras práticas, de combustíveis e lubrificantes, e define outras providências.	Aprovado o projeto com emendas.	CCJ	02/03/2016	Sim
PLS 717/2011	Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	29/03/2016	Não
PLS 10/2012	Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.	Aprovado o substitutivo.	CE	01/03/2016	Sim
PLS 10/2012	Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.	Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas)	CE	08/03/2016	Sim
PLS 50/2012	Altera a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	29/03/2016	Não
PLS 184/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os princípios orientadores do dever do Estado com a educação, a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade.	CE	22/03/2016	Não
PLS 211/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programa de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas.	Aprovado o parecer favorável.	CE	15/03/2016	Não
PLS 337/2012	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para universalizar a adesão de estudantes e instituições de educação superior participantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a fundo de garantia de operações de crédito educativo.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CAE	01/03/2016	Não



**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 356/2012	Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.	Aprovado o projeto, com emendas.	CCJ	30/03/2016	Sim
PLS 374/2012 Compl. (*)	Acrescenta o inciso XV e o § 5º ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas. (**)	CCJ	30/03/2016	Não
PLS 15/2013	Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.	Prejudicado o projeto.	CMA	29/03/2016	Sim
PLS 109/2013	Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023.	Rejeitado o projeto.	CE	01/03/2016	Sim
PLS 133/2013	Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.	Prejudicado o projeto.	CMA	29/03/2016	Sim
PLS 172/2013 Compl.	Regulamenta o disposto no art. 156, § 3º, I, da Constituição Federal, para fixar a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade.	CAE	01/03/2016	Não
PLS 212/2013	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.	Aprovado parecer pela apresentação de requerimento.	CAS	02/03/2016	Sim
PLS 344/2013	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	02/03/2016	Sim
PLS 504/2013	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	15/03/2016	Não

(\*) Matéria com tramitação conjunta.

(\*\*) Aprovado parecer pelo arquivamento do PLS 297/2013-Complementar, que tramita em conjunto.

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 65/2014	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	01/03/2016	Não
PLS 145/2014	Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para proibir o uso de símbolo, figura, desenho ou recurso gráfico com elemento de apelo próprio ao universo infantil na rotulagem e na propaganda de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.	Rejeitado o projeto.	CAS	16/03/2016	Sim
PLS 224/2014	Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelamento dos serviços por telefone e por internet.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PLS 235/2014	Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAE	01/03/2016	Não
PLS 253/2014	Inclui a alínea “m” no inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para considerar como agravante a circunstância de praticar crime no interior de transporte público e nos terminais ou pontos de embarque ou desembarque de passageiros.	Aprovado o projeto.	CCJ	02/03/2016	Sim
PLS 272/2014	Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	08/03/2016	Não
PLS 281/2014 (*)	Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.	Aprovado o substitutivo. (**)	CE	01/03/2016	Sim
PLS 281/2014 (*)	Altera a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, para incluir a previsão de apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.	Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas)	CE	08/03/2016	Sim
PLS 292/2014	Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	02/03/2016	Não

(\*) Matéria com tramitação conjunta.

(\*\*) Aprovado o parecer pela prejudicialidade do PLS 381/2014, que tramita em conjunto.

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 319/2014	Altera as Leis n.ºs. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para dispor acerca da revalidação simplificada de diplomas de cursos de graduação em medicina expedidos para brasileiros, por instituições de ensino superior sediadas no Estado Plurinacional da Bolívia, e sobre o exercício profissional de seus portadores.	Prejudicado o projeto.	CAS	16/03/2016	Sim
PLS 378/2014	Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor acerca da humanização das relações e dos processos de atenção e gestão em saúde, e estabelece o direito do usuário a acompanhante na assistência à saúde, hospitalar e ambulatorial, e a visita aberta na internação.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	30/03/2016	Sim
PLS 394/2014	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.	Aprovado o projeto.	CCJ	16/03/2016	Sim
PLS 432/2014	Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.	Aprovado o substitutivo.	CCT	08/03/2016	Sim
PLS 432/2014	Define a forma de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.	Substitutivo definitivamente adotado.	CCT	15/03/2016	Sim
PLS 8/2015	Acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.	Rejeitado o projeto.	CAS	02/03/2016	Sim
PLS 30/2015	Institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador.	Aprovado o projeto.	CAS	02/03/2016	Sim
PLS 31/2015	Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	15/03/2016	Não
PLS 153/2015	Dispõe sobre a concessão de assistência financeira temporária aos artesãos.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CAS	23/03/2016	Não
PLS 198/2015	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária a cargo dos segurados contribuinte individual e facultativo, no caso de opção pela exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição.	Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento.	CAS	30/03/2016	Sim
PLS 200/2015	Dispõe sobre a pesquisa clínica.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCT	15/03/2016	Não
PLS 210/2015	Dispõe sobre obrigatoriedade do treinamento dos alunos de ensino fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	16/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 221/2015	Altera a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.	Aprovado o parecer favorável.	CMA	29/03/2016	Não
PLS 234/2015	Acrescenta o artigo 4º-A na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCT	15/03/2016	Não
PLS 254/2015 Compl.	Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para dispor sobre a aplicação anual de recursos mínimos, pela União, em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e para incluir as despesas com promoção e recuperação da saúde, realizadas por Hospitais Universitários Federais, com recursos alocados por emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, na apuração desse montante.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	23/03/2016	Não
PLS 259/2015	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	23/03/2016	Não
PLS 280/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade de acesso à internet para os alunos nas escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CE	01/03/2016	Não
PLS 345/2015	Altera a redação do art. 196 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a eficácia imediata dos efeitos pecuniários das leis que disponham sobre insalubridade e periculosidade.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	16/03/2016	Sim
PLS 379/2015	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CE	01/03/2016	Não
PLS 388/2015 Compl.	Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	09/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 415/2015	Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	01/03/2016	Não
PLS 434/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais realizarem análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda para o consumidor final.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CMA	29/03/2016	Não
PLS 463/2015 (*)	Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para estender o prazo para o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional, relativos ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.	Aprovado o projeto com emendas. (**)	CAE	15/03/2016	Sim
PLS 472/2015	Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender os benefícios neles previstos às instituições públicas de ensino superior.	Aprovado o parecer favorável.	CAE	01/03/2016	Não
PLS 523/2015	Inscribe o nome de Tobias Barreto de Menezes no Livro dos Heróis da Pátria.	Aprovado o projeto.	CE	01/03/2016	Sim
PLS 539/2015	Confere ao Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi Bumbá.	Aprovado o projeto.	CE	01/03/2016	Sim
PLS 550/2015 Compl.	Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	02/03/2016	Não
PLS 572/2015	Inclui parágrafo único no art. 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor que os crimes de lesões corporais leves e culposas praticados contra vítima menor de dezoito anos ou incapaz com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou quando haja prevalência das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, estarão sujeitos a ação penal pública incondicionada.	Aprovado o projeto.	CCJ	02/03/2016	Sim
PLS 584/2015	Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar a disponibilização de exame mamográfico a populações de difícil acesso.	Aprovado o projeto.	CAS	30/03/2016	Sim

(\*) Matéria com tramitação conjunta

(\*\*) Aprovado o parecer pela prejudicialidade do PLS 519/15, que tramita em conjunto.

**Matéria: Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PLS 597/2015	Acrescenta o art. 15-A a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre as condições de repouso dos profissionais de enfermagem durante o horário de trabalho.	Aprovado o projeto.	CAS	30/03/2016	Sim
PLS 631/2015	Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	30/03/2016	Não
PLS 644/2015	Dispõe sobre o exercício da profissão da dança.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	02/03/2016	Sim
PLS 658/2015	Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.	Aprovado o projeto.	CCJ	30/03/2016	Sim
PLS 692/2015	Denomina “Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima” o trecho da BR 104 compreendido no Estado da Paraíba.	Aprovado o projeto.	CE	01/03/2016	Sim
PLS 732/2015	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, seja feito diretamente pela Previdência Social.	Aprovado o projeto.	CAS	30/03/2016	Sim

**Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados A Projeto de Lei do Senado**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
SCD 24/2015	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Aprovado o parecer favorável.	CI	16/03/2016	Não
SCD 24/2015	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	Aprovado o parecer favorável.	CCT	01/03/2016	Não

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 199/2013	Susta a Resolução nº 294, de 18 de setembro de 2006, da Comissão de Financiamentos Externos, editada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/03/2016	Não
PDS 45/2014	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ESCOLA COMUNITÁRIA FM DE CARIACICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 53/2014	Autoriza, nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	16/03/2016	Não
PDS 10/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 13/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE CAMPOS DO JORDÃO E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 15/2015	Aprova o ato que outorga permissão à RBC - REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 18/2015	Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Holambra, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 19/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA STÚDIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 24/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA – ACNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim



Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 45/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TROPICAL EMBAÚBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Embaúba, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 47/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à INTERSOM - EMISSORAS DE FREQUÊNCIA MODULADA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 54/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO VOLTA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 55/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL CURRALDENTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curral de Dentro, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 60/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPO BELO FM STEREO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 61/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DA VILA OPERÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraçaí, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 64/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO GRANDE VISÃO PARQUE DOS PINHEIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Álvares Machado, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 66/2015	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igaraçu do Tietê, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 67/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DBC COMUNICAÇÕES S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim



**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PDS 91/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTO DOS VOLANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto dos Volantes, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 93/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ABSFA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 96/2015	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FADEPE/JF para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 105/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiaí, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 130/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 134/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEJUÇARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pejuçara, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 136/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITAPUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapuça, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 140/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA STILUS FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PDS 142/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o parecer pelo sobrestamento da matéria e apresentação de requerimento.	CCT	22/03/2016	Sim
PDS 143/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MINUANO DE SARANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 154/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BETEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 160/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE ARROZAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 161/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BETHEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 162/2015	Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 166/2015	Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA LÚCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 177/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JÚLIO DE CASTILHOS DE TAQUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 185/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO UNIÃO DA FRANCA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 186/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA NOVOS TALENTOS DE TUPÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PDS 196/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL GUARUJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 197/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO - ASCABEN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 198/2015	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o parecer pelo sobrestamento da matéria e apresentação de requerimento.	CCT	22/03/2016	Sim
PDS 199/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE COCAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 227/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PADROEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 239/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 241/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALIANÇA IGARAPAVA Ltda. - ME para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 246/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 260/2015	Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO BROTO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquira, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 264/2015	Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA RECREATIVA ALOANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aloândia, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 277/2015	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PDS 298/2015	Aprova o ato que outorga permissão à NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 299/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA PARAISOPOLENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 303/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRÊS COLINAS Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 306/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO BAÍRRO DO JEREMIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 310/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL, CULTURAL, ASSISTENCIAL DOS AMIGOS DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova dos Martírios, Estado do Maranhão.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 312/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ARACY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 317/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE CONQUISTA D'OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista d'Oeste, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 318/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA, CULTURAL, INFORMATIVA, RELIGIOSA E ARTÍSTICA, GAZETA FM, DE FORMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 320/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRANCHITA FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pranchita, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 333/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
PDS 334/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NASCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 335/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 337/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALGODÃO DE JANDAÍRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 341/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGELISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Evangelista, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 345/2015	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE DIFUSORA CANGUÇU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 349/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SETE COLINAS DE UBERABA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	08/03/2016	Sim
PDS 350/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE APUAREMA – ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apuarema, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 353/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE AMIGOS DO RIO PAU D'ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau d'Arco, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 363/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GUZOLANDENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – AGRACOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guzolândia, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/03/2016	Sim
PDS 5/2016	Susta a Resolução nº 4.452, de 17 de dezembro de 2015, do Conselho Monetário Nacional, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	09/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 6/2016	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.	Aprovado o parecer favorável.	CRE	03/03/2016	Não
PDS 8/2016	Aprova o texto dos Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto.	Aprovado o parecer favorável.	CRE	10/03/2016	Não

**Matéria: Projeto de Resolução do Senado**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PRS 11/2015	Altera o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	16/03/2016	Não

**Matéria: Mensagem (SF)**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
MSF 2/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	03/03/2016	Não
MSF 3/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	17/03/2016	Não
MSF 5/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMPOS TARRISSE DA FONTOURA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Croácia.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	17/03/2016	Não

**Matéria: Mensagem (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
MSF 6/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador na República da Estônia.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	03/03/2016	Não
MSF 8/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	17/03/2016	Não
MSF 13/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	09/03/2016	Não
MSF 15/2016	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do parágrafo único, "in fine", do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor JOEL ILAN PACIORNIK, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Juizes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Gilson Langaro Dipp.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	09/03/2016	Não
MSF 16/2016	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, da Constituição Federal, o nome do Doutor ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Sidnei Agostinho Beneti.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	09/03/2016	Não



**Matéria: Mensagem (SF)**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
MSF 20/2016	Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre - PROSER".	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PRS que apresenta.	CAE	08/03/2016	Não
MSF 21/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JULIANO ALCÂNTARA NOMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany's.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	23/03/2016	Não
MSF 22/2016	Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Cláudio Passos Simão.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	23/03/2016	Não
MSF 23/2016	Submete à consideração do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	23/03/2016	Não

**Matéria: Ofício "S"**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
OFS 29/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	22/03/2016	Não



**Matéria: Ofício "S"**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
OFS 30/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	22/03/2016	Não
OFS 14/2015	Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.	Aprovado o parecer, com adoção de providências.	CCT	01/03/2016	Não
OFS 25/2015	Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 595.838, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999.	Aprovado o projeto nos termos do PRS que apresenta.	CCJ	16/03/2016	Sim
OFS 30/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 1/2015, encaminhado por meio da Mensagem nº 357, de 29 de junho de 2010, que comunica a transferência, para a Fundação Eurico Bergsten, da concessão outorgada à Rádio Nordeste Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	22/03/2016	Não
OFS 37/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 8/2015, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Interior Ltda., no município de Pinheiro - MA.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	22/03/2016	Não
OFS 43/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2015, de que trata o PDC nº 486/2000, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Auriflama de Comunicação Ltda.. no município de Auriflama - SP.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	22/03/2016	Não

**Matéria: Ofício "S"**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
OFS 45/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 16/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Brasil Sociedade Ltda., no Município de Valinhos e Campinas - SP.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	22/03/2016	Não
OFS 80/2015	Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte referente ao Exercício de 2014.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CDR	09/03/2016	Não

**Matéria: Requerimento**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
RQS 213/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o presente Requerimento encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie informações acerca de informações sobre a Postalis, nos termos que especifica.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/03/2016	Não
RQS 104/2016	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, da 60ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW/ONU, em Nova York, Estados Unidos, nos dias 13 a 19 de março de 2016, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.	Aprovado o parecer favorável.	CRE	03/03/2016	Não

**Matéria: Emendas de Plenário**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
Emenda de Plenário - PLC 106/2013	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CAS Comissão de Assuntos Sociais	30/03/2016	Não
Emenda de Plenário - PLC 167/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CAE Comissão de Assuntos Econômicos	15/03/2016	Não
Emenda de Plenário - PLS 233/2015	Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.	Aprovado o parecer favorável a um(a) emenda(s) e pela rejeição de outra(s)	CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	30/03/2016	Não

**Matéria: Aviso**

<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Comissão</b>	<b>Data da Reunião</b>	<b>Terminativo</b>
AVS 44/2015	Encaminha o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2015.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CMA	29/03/2016	Não
AVS 47/2015	Encaminha cópia do Acórdão nº 1421/2015 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (010945/2014-8).	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CMA	29/03/2016	Não

**Matéria: Aviso da Comissão de Assuntos Econômicos**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
AVE 1/2015	Encaminha cópia do Acórdão nº 184/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 1.171/2014 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7).	Aprovado o parecer, com adoção de providências.	CAE	01/03/2016	Não
AVE 2/2015	Encaminha cópia do Acórdão nº 994/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao Acórdão 184/2015 - Plenário, que teve por objetivo avaliar a Segurança Energética do País (TC 019.228/2014-7).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento.	CAE	01/03/2016	Não

**Matéria: Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Cons. E Fisc. E Controle**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
AMA 8/2014	Encaminha cópia do Acórdão nº 2176/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente aos autos da auditoria operacional a fim de avaliar o processo de concessão florestal federal, autorizado pelo acórdão nº 3494/2012 - TCU - Plenário (TC 046.126/2012-0).	Aprovado o parecer pelo conhecimento e arquivamento.	CMA	29/03/2016	Não

**Matéria: Sugestão**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
SUG 4/2013	Fixa diretrizes adicionais para a educação no Brasil.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PLS que apresenta.	CDH	02/03/2016	Não
SUG 8/2015	Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CDH	16/03/2016	Não

**Matéria: Proposta de Fiscalização E Controle**

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PFS 1/2013	Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre procedimentos licitatórios do FNDE para formação de registro de preços tendo por objeto a realização de obras.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CMA	29/03/2016	Não

[illegible]

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL PLS 487/13	2016										Aguardando instalação
TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO RQS 40/2015	2015	4	3	3							
	2016	0	0	0							
	Total	4	3	3							
DESENVOLVIMENTO NACIONAL RQS 935/15	2015	13	1	1	-	-	3	-	19	1	
	2016	3	1	1	-	-	0	-	3	0	
	Total	16	2	2	-	-	3	-	22	1	
BARRAGENS RQS 1305/2015	2015	1	1	1							
	2016	3	0	0							
	Total	4	1	1							

COMISSÕES DE JURISTAS						
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojeto
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	2010	5				
	2011					
	2012					
	2013					
	2014					
	2015					
	2016					
	Total	5				
CÓDIGO AERONÁUTICO ATS 11/2015	2015	16	9	9		
	2016	1	0	0		
	Total	17	9	9		
DESBUROCRATIZAÇÃO ATD 13/2015	2015	9				Aprovados 02 Anteprojeto
	2016	3				
	Total	12				
LEI GERAL DO DESPORTO ATS 39/2015	2015	6	19	19		
	2016	1	3	3		
	Total	7	22	22		

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CPI DO FUTEBOL	1
BARRAGENS	2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

## Legendas – Comissões

<b>CAE</b> – Comissão de Assuntos Econômicos
<b>CAS</b> – Comissão de Assuntos Sociais
<b>CCJ</b> – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>CE</b> – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
<b>CMA</b> – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
<b>CDH</b> – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
<b>CRE</b> – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
<b>CI</b> – Comissão de Serviços de Infraestrutura
<b>CDR</b> – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
<b>CRA</b> – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
<b>CCT</b> – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
<b>CMMC</b> – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
<b>CSF</b> – Comissão Senado do Futuro

## Legendas – Proposições

<b>PEC</b> – Proposta de Emenda à Constituição
<b>PLS</b> – Projeto de Lei do Senado
<b>ECD</b> – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
<b>SCD</b> – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
<b>PLC</b> – Projeto de Lei da Câmara
<b>PDS</b> – Projeto de Decreto Legislativo
<b>PRS</b> – Projeto de Resolução do Senado
<b>RQS “SF”</b> – Requerimento apresentado no Plenário
<b>IND</b> – Indicação
<b>PFS</b> – Proposta de Fiscalização e Controle
<b>EMEN PLEN.</b> – Emendas de Plenário
<b>MSF</b> – Mensagem “SF”
<b>REC</b> – Recursos
<b>OFS “S”</b> – Ofício “SF”
<b>DIV</b> – Diversos
<b>AVS</b> – Aviso
<b>AMA - AVS “CMA”</b> – Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
<b>PET</b> – Petição
<b>SUG</b> – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
<b>DEN</b> – Denúncia
<b>DAS</b> – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
<b>REP</b> – Representação
<b>CON</b> – Consulta

Fale com o Senado  
0800 61 2211

